



MAILSON DA SILVA NUNES LISBOA

**O LUGAR DA TEOLOGIA DO PACTO NO RECEBIMENTO DE CRENTES
EGRESSOS DE OUTRAS COMUNIDADES EVANGÉLICAS.**

BRASÍLIA

2025

MAILSON DA SILVA NUNES LISBOA

**O LUGAR DA DOCTRINA DO PACTO NO RECEBIMENTO DE CRENTES
EGRESSOS DE OUTRAS COMUNIDADES EVANGÉLICAS.**

**Monografia apresentada ao Seminário
Presbiteriano de Brasília como requisito
parcial à conclusão do curso de bacharelado
em teologia.**

Orientador: Msc. Rev. Tarcizio Carvalho

BRASÍLIA

2025

Dedico este trabalho a minha esposa, Érika Lisboa, a qual em todo este percurso me auxiliou e que em minhas ausências aguardou pacientemente, espero, com a graça de Deus, poder servir melhor a ela e minha família após a conclusão do curso.

AGRADECIMENTOS

Sou grato ao Senhor que me sustentou durante todo este percurso de 05 anos, me ajudando a manter a perseverança e a confiança mais nele do que em minhas próprias capacidades, bem como me concedeu a vocação e uma família que lida com amor aos sacrifícios inerentes a tal chamado.

Agradeço a todos os parceiros que tornaram possível os estudos no Seminário Presbiteriano de Brasília, tanto o próprio Seminário que concedeu bolsa integral, as Igreja Presbiterianas Filadélfia, Alto Paraíso e 1º de Sobradinho, bem como a Congregação Maanaim, que juntos financiaram meu sustento pessoal, em especial ao Rev. Carlos Henrique, por meio do qual todas estas portas foram abertas. Não poderia deixar de mencionar que desde a minha chegada a IPB, foi quem acreditou na minha vocação.

Agradeço em especial ao Rev. Tarcísio, orientador da monografia, mas também ao Rev. Carlos Henrique e ao meu amigo Presb. Bruno Abreu, que também me ajudaram a pensar e organizar o material, bem como ao colega Pedro Razuk que me cedeu livros que usa para lecionar o tema em sua Igreja (IPN).

RESUMO

Reflete acerca da chegada de crentes egressos de outras comunidades evangélicas para as Igrejas Presbiterianas do Brasil. Fundamenta este movimento migratório por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de amostragem. Revisa os fundamentos confessionais e constitucionais da IPB para a recepção de novos membros. Estabelece de que forma a teologia da aliança abrange diversos aspectos da teologia reformada. Relaciona os diversos aspectos da teologia do pacto com pontos fundamentais da teologia reformada por meio de revisão bibliográfica. Por fim, amplia e aplica a Teologia do Pacto a tópicos como Teontologia, Soteriologia, Ecclesiologia e Ortopraxia, oportunos ao catecumenato de membros egressos de outras denominações.

SUMMARY

This study reflects on the arrival of believers who have come from other evangelical communities to Presbyterian Churches in Brazil. It grounds this migratory movement through bibliographic research and sampling analysis. It reviews the confessional and constitutional foundations of the Presbyterian Church of Brazil (IPB) regarding the reception of new members. The work establishes how covenant theology encompasses various aspects of Reformed theology and relates them to key doctrinal points through a literature review. Finally, it expands and applies Covenant Theology to topics such as Theology Proper, Soteriology, Ecclesiology, and Orthopraxy, making them relevant to the catechetical instruction of members who have transitioned from other denominations.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS:	8
INTRODUÇÃO:	9
CAPÍTULO 01: A IGREJA PRESBITERIANA E O RECEBIMENTOS DE MEMBROS DE OUTRAS COMUNIDADES EVANGÉLICAS	12
1.1. MOVIMENTO MIGRATÓRIO.....	12
1.2. PESQUISA DE CAMPO.....	13
1.3. PRECEITO CONFESSIONAL.....	21
1.4. PRECEITO CONSTITUCIONAL.....	23
1.5. O LOCUS DA DOCTRINA DO PACTO NA IPB.....	25
CAPÍTULO 02: O PACTO COMO ESPINHA DORSAL DA TEOLOGIA REFORMADA	28
2.1. O QUE É O PACTO.....	28
2.2. REVELAÇÃO PROGRESSIVA.....	30
2.2.1. Pacto das Obras ou da Criação.....	31
2.2.2. Pacto da Preservação.....	32
2.2.3. Pacto da Promessa.....	33
2.2.4. Pacto do Sinai.....	35
2.2.5. Pacto do Reino.....	38
2.2.6. A Nova Aliança ou Aliança da Consumação.....	41
CAPÍTULO 03: O PACTO E SUAS APLICAÇÕES CATECUMENAS	48
3.1. O PACTO E A SOBERANIA DE DEUS.....	48
3.2. O PACTO E A SALVAÇÃO.....	53
3.3. O PACTO, A IGREJA E OS SACRAMENTOS.....	57
3.4. A VIDA SOB O PACTO.....	68
3.4.1. Mandato Cultural.....	69
3.4.2. Mandato Social.....	71
3.4.3. Mandato Espiritual.....	72
CONCLUSÃO	77
BIBLIOGRAFIA	78
MATERIAL IMPRESSO:.....	78
MATERIAL VIRTUAL:.....	81

LISTA DE TABELAS:

Tabela 01 - Ciclo no Período dos Juízes.....
p. 38

Tabela 02 - Expressões e Títulos de Israel e Igreja.....
p. 60-61

INTRODUÇÃO:

Post Tenebras Lux (BUENO, 2021) — Depois das Trevas, Luz — é a tão famosa frase (a qual figura no monumento em homenagem aos reformadores em Genebra na Suíça) atribuída a João Calvino para descrever o que seria o momento histórico que representava a Reforma Protestante. Mas esta luz acesa em 31 de outubro de 1517 não nasceu como o sol no horizonte, mas foi levada como em lamparinas por meio de homens que receberam o calor da luz do Evangelho, quase que como a pira olímpica que caminha de um lugar a outro, mas aqui ela foi levada por pés formosos sobre os montes que anunciam as boas novas (Is 52.7).

No entanto, esta não é uma experiência que ficou no passado, ainda hoje, quando alguém conhece a fé reformada, compartilha da mesma experiência de Lutero: “senti que renascera e entrara pelas portas abertas do paraíso.” (CURTIS, LANG & PETERSON, 2003, p.93) Uma nova luz nasce, a luz do Evangelho, que aponta novamente para as Escrituras como única regra de fé e prática, para Cristo como único Mediador, para a graça e a fé como únicas fonte e meio para a salvação e para a glória exclusiva de Deus.

Uma figura tão importante quanto o alemão Martinho Lutero, no que se refere a Reforma Protestante, foi o reformador francês, também do século XVI, João Calvino. Pela influência de suas exposições tão claras, seus livros doutrinários profundamente bíblicos e seu trabalho sem precedentes na cidade de Genebra, fundou um movimento que ficou conhecido posteriormente pelo seu nome, Calvinismo (GONZÁLEZ, 2011). Outro desdobramento da Reforma foi a sistematização de uma teologia reformada, a qual se tornaria símbolos de fé por meio das confissões dos séculos XVI e XVII, como o Catecismo de Heidelberg (1563), e a Confissão de Fé de Westminster (1649). A riqueza teológica destes artigos de fé é sem paralelo.

Em vista disso, podemos afirmar que quem se volta para a chamada fé reformada está mergulhando em um oceano a ser explorado. Em um rio você vê a outra margem, mas em um oceano você precisará de um radar para saber onde irá chegar. A busca pela teologia reformada não é só de crentes protestantes de igrejas tradicionais reformadas, como as presbiterianas e batistas, mas atualmente também de cristãos de igrejas pentecostais¹. Todavia, assim como Lutero que ao redescobrir a centralidade das Escrituras, que norteia e deve dirigir a consciência cristã, bem como orientar as crenças e práticas da igreja, não conseguiu

¹ Quanto a definição de petecostal o Manual Presbiteriano afirma: “O Supremo Concílio resolve: 1) caracterizar uma Igreja como ‘Pentecostal’: por admitir constantes revelações contemporâneas de Deus, além daquela que nos é apresentada pelas Escrituras Sagradas; por exigir manifestações sensíveis para que se caracterize a presença do Espírito Santo numa pessoa;” (2024, p.38)

conciliar a sua nova compreensão da Bíblia com os dogmas da Igreja Católica, assim também muitos crentes passam pelo mesmo atrito com suas igrejas locais. A pergunta que fica para estes que conhecem e abraçam a teologia reformada, e que estão em igrejas não reformadas, é: Para onde ir? Onde há, além dos livros, sites e redes sociais, que versam sobre a teologia reformada, um lugar onde se possa continuar a aprender, crescer e desfrutar desta teologia? Ou seja, em qual igreja congregar?

Como será visto no capítulo 01, há um renovado interesse na teologia reformada, impulsionado pela nova prensa de Gutenberg, as redes sociais, e um movimento migratório de crentes que têm chegado à Igreja Presbiteriana do Brasil. Noutro diapasão, as igrejas presbiterianas se perguntam: Como receber estes irmãos? Como ajudá-los a ir além dos *Solas* e *Tulip*? Qual a melhor forma de explicar o porquê batizamos nossos filhos? Qual doutrina unificadora da nossa teologia que os ajudará a ler as Escrituras como um todo, evidenciando a relação do Antigo com o Novo Testamento? Certamente a Teologia do Pacto² responde estas e outras perguntas essenciais da identidade, organização e práticas da igreja reformada para o recebimento de novos membros egressos de outras comunidades evangélicas.

Logo, este trabalho busca entender de que maneira uma comunidade local da Igreja Presbiteriana do Brasil pode melhor preparar crentes advindos de outras comunidades evangélicas por meio da Teologia do Pacto.

No capítulo 01 será observado o fenômeno de migração para a IPB de outras denominações evangélicas. Em primeiro lugar, rastreando o fenômeno por meio de referências bibliográficas e, em seguida, por meio de uma pesquisa de amostragem com pastores da IPB. Estabelecida a questão e as necessidades decorrentes dela, será apresentado de que forma a Confissão de Fé de Westminster nos ensina acerca do papel da igreja neste chamado de receber crentes no corpo de Cristo, e depois de que modo o Manual Presbiteriano preceitua a forma deste recebimento. Para conclusão do capítulo, voltar-se-á a teologia da aliança como doutrina vertebral do presbiterianismo e da teologia reformada, e por consequência seu lugar central na recepção de novos membros.

O capítulo 02 se aprofundará em expor por meio de pesquisa bibliográfica de que forma a Teologia do Pacto funciona como a espinha dorsal da Teologia Reformada, mostrando como os pactos feitos na história da redenção fundamentam a fé reformada.

Por fim, no capítulo 03 os temas teológicos que emergem da Aliança e apontam diretamente para as doutrinas da CFW³, naturalmente afirmadas por igrejas federadas a IPB,

² Nesta monografia pacto e aliança são termos intercambiáveis.

³ Abreviação para Confissão de Fé de Westminster

temas esses, relevantes para a formação de novos membros, serão tratados com aplicações específicas voltadas aos crentes egressos de outras comunidades evangélicas, no contexto de sua preparação para a pública profissão de fé.

CAPÍTULO 01: A IGREJA PRESBITERIANA E O RECEBIMENTOS DE MEMBROS DE OUTRAS COMUNIDADES EVANGÉLICAS

1.1. MOVIMENTO MIGRATÓRIO

No ano de 2009 uma notícia surpreendeu as igrejas e pastores reformados no mundo, a Revista Times (BIEMA, 2009) considerou o calvinismo como uma das *10 ideias que estão mudando o mundo*, a enumerando em 3º lugar. Biema destaca: O calvinismo está de volta, e não apenas no âmbito da música. A resposta de João Calvino, no século XVI, aos excessos do catolicismo na forma de “compre o seu livramento no purgatório” é a mais recente história de sucesso do evangelicalismo.

Na época da reportagem da revista Times, o Rev. Augustus Nicodemus Lopes (2009) escreveu em seu blogue: “Lamentavelmente, ainda não podemos dizer que isso é verdade também no Brasil, mas talvez seja apenas uma questão de tempo...” (LOPES, 2009)

Após uma década e meia constatamos a realidade do crescimento da busca pela teologia calvinista no Brasil. Ao analisar o movimento, Pedro André Sousa Peixoto (2021, p. 96-117), à época mestrando em história pela Universidade Federal de Sergipe, em sua dissertação faz uma linha do tempo detalhando os principais acontecimentos internos que influenciaram no crescimento do calvinismo no Brasil, desde a chegada dos primeiros missionários, passando pela plantação de igrejas reformadas, fundação de seminários, até a publicação de revistas e periódicos. Entretanto, Peixoto (2021, p. 97) cita:

A essa altura, a literatura acadêmica sobre o campo religioso brasileiro adequadamente apresentara um cenário marcado, por exemplo pelo protagonismo da fé pentecostal no meio evangélico durante o 1900 e início do 2000. Um cenário aparentemente adverso à expansão da fé calvinista, cuja presença fora cada vez menos notada com o passar do tempo. O que pode ser visto em obras como *Introdução ao Protestantismo no Brasil de 1990* (MENDONÇA; VELASQUES FILHO), *Teogonias Urbanas: O re-nascimento dos velhos deuses. Uma abordagem sobre a representação religiosa pentecostal de 2001* (PASSOS, Décio) e *Protestantismo Tupiniquim: Hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira de 2005* (ALENCAR, Gedeon).

Ou seja, apesar do grande crescimento da teologia reformada em âmbito nacional, sua expressão pública no cenário evangélico com um todo não foi tão percebido até o segundo milênio. Peixoto (2020) cita, resumidamente em um outro artigo, alguns dados interessantes acerca do crescimento do calvinismo no Brasil desde então, dos quais cito:

- No ano de 2003, Felipe Sabino criou o site *Monergismo*, onde compartilha traduções de artigos calvinistas de pastores reformados;

- No ano de 2008, Vinícius Musselman criou o blog *Voltemos ao Evangelho*, o qual viria a ser o site mais conhecido do meio reformado, que também divulgava conteúdo calvinista (que conta no ano de 2024 com quase 1,2 milhões de seguidores);
- Também surgem uma série de iniciativas *online*s para divulgar e formar uma comunidade de calvinistas reformados na *internet*, entre eles Peixoto (2020, p. 743) cita: Cristianismo Verdadeiro, Defesa do Evangelho, Inconformados, Ortodoxia Reformada, Reforma Radical, Reformai, Tuporém;
- Peixoto (2020, p. 748, 754) também constata que em 2015, a Assembleia de Deus percebendo o crescimento do calvinismo no Brasil, reafirma sua identidade arminiana publicando na Revista Obreiro nº 68 da CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus) um artigo com o título *Em defesa do Arminianismo: Uma análise sobre a recente ascensão do Calvinismo no Brasil e uma exposição do que ensina, de fato, o Arminianismo*.

Infere-se de Peixoto (2021), que os reverendos presbiterianos Augustus Nicodemus Lopes e Hernandes Dias Lopes possuem um papel de destaque nas redes sociais entre os pregadores do Evangelho sob a perspectiva da fé reformada com milhões de inscritos e visualizações de seus sermões.

Não é difícil irmos do movimento das redes sociais para a experiência cotidiana e captarmos como este movimento leva pessoas a busca por igrejas reformadas presbiterianas.

1.2. PESQUISA DE CAMPO

Para buscar dar aos fatos supracitados uma abordagem mais próxima à realidade presente do nosso tempo e também da vida comum das igrejas presbiterianas, foi realizada uma pesquisa de amostragem para elucidar como as igrejas presbiterianas têm sido impactadas pelo recebimento de forma expressiva de um grande número de irmãos deste movimento de migração.

A pesquisa foi realizada com os seguintes parâmetros:

- **Entrevistados:** 20 pastores da IPB;

- **Alcance:** 13 Distrito Federal, 04 Goiás (do entorno do DF) e 03 São Paulo;
- **Representatividade:** 19 igrejas e 10 presbitérios;
- **Data:** entre os dias 24/09/2024 e 09/10/2024;
- **Metodologia:** Formulário Estruturado;
- **Formato:** físico e online.

Segue abaixo as perguntas da pesquisa:

1.2.1. FORMULÁRIO

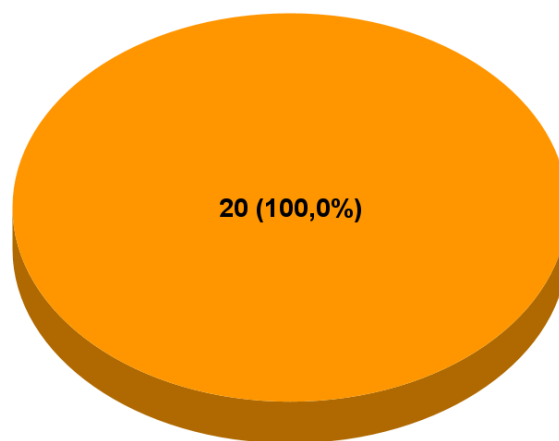
1. O senhor considera que nos últimos anos (2017 a 2024) no âmbito evangelical brasileiro há um renovado interesse pela fé reformada e tem como resultado a busca por igrejas presbiterianas?
2. Na sua experiência pastoral com o recebimento de novos membros, aponte qual a porcentagem indica melhor a quantidade de membros advindos de outras comunidades evangélicas para a igreja que pastoreia?
 - a. ☐ 0 a 25%
 - b. ☐ 26 a 50%
 - c. ☐ 51 a 75%
 - d. ☐ 76 a 100%
3. Teologicamente, qual doutrina ou práticas das igrejas reformadas presbiterianas mais tem atraído crentes de outras comunidades evangélicas?
 - a. ☐ Pregação expositiva.
 - b. ☐ Calvinismo
 - c. ☐ Governo Presbiteriano
 - d. ☐ Teologia da Aliança
 - e. ☐ Outro:_____.
4. Quais os principais pontos de tensão/estranhamento sofrem crentes de outras comunidades evangélicas ao chegarem na igreja local?
 - a. ☐ Batismo Infantil
 - b. ☐ Dia do Senhor (Domingo)

- c. () Liturgia
- d. () Governo da Igreja
- e. () Doutrina da salvação
- f. () Outro: _____.

1.2.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

- **Pergunta 01:**

Há um renovado interesse pela fé reformadas nos últimos anos?

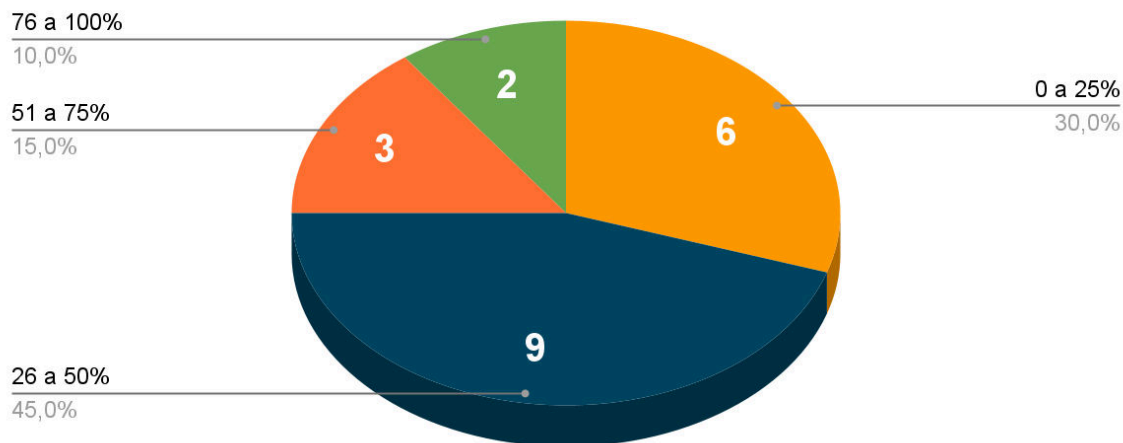


100% dos pastores que participaram da pesquisa responderam positivamente, afirmando perceber o movimento de interesse pela fé reformada, e que isso tem redundado na busca por igrejas presbiterianas. Obviamente esta é a experiência *in loco* dos pastores que se referem às comunidades às quais pastoreiam.

Assim, a pesquisa aponta que o fenômeno de busca por igrejas reformadas é real e perceptível, não apenas no âmbito da internet, mas na lida das igrejas.

Pergunta 02:

Qual a porcentagem indica melhor a quantidade de membros advindos de outras comunidades evangélicas para a igreja que pastoreia.



As respostas mostram que existe uma quantidade significativa de pessoas sendo recebidas nas igrejas presbiterianas como fruto de migração de outras comunidades evangélicas.

Se supormos que nos últimos 03 anos cada igreja da pesquisa tivesse recebido 20 novos membros comungantes, segundo a pesquisa isso significaria que:

- Para 06 igrejas (amarelo) a cada 20 membros recebidos, 5 são oriundos de migração.
- Para 09 igrejas (azul) a cada 20 membros recebidos, 10 são oriundos de migração.
- Para 03 igrejas (alaranjado) a cada 20 membros recebidos, 15 são oriundos de migração.
- Para 02 igrejas (verde) a cada 20 membros recebidos, 20 são oriundos de migração.

Para 30% das igrejas o fenômeno de migração tem cooperado no seu crescimento, mas não a ponto de mudar o perfil da sua membresia.

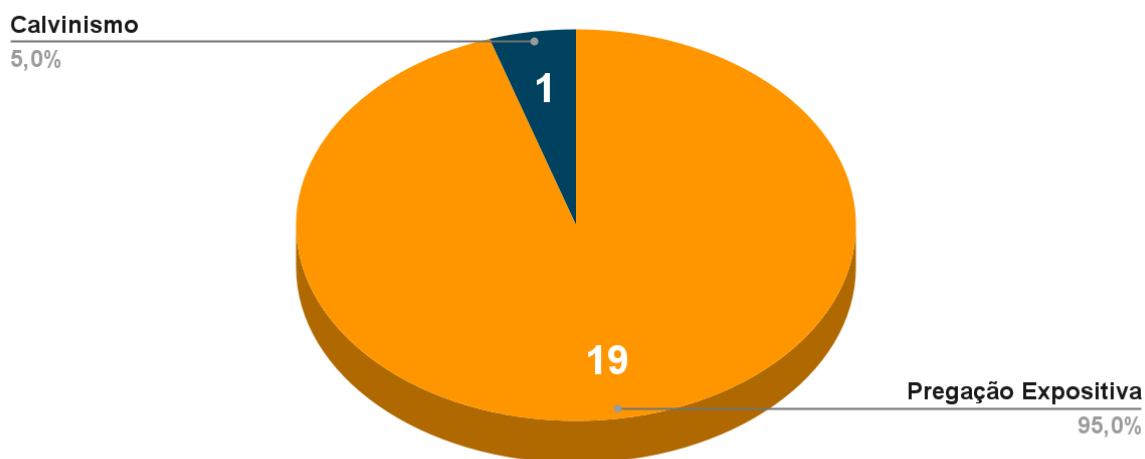
Para quase 50% das igrejas, metade do crescimento da membresia se deu devido ao fenômeno de migração.

Pode-se afirmar também que há comunidades inteiras (10%) que devem seu crescimento totalmente a este movimento de busca por igrejas reformadas, o que gerará uma mudança de perfil dos membros da igreja.

Dessa forma, pode-se destacar que de alguma forma todas estas igrejas devem estar preparadas para receber e discipular membros egressos de outras comunidades evangélicas.

Pergunta 03:

Qual doutrina ou práticas das igrejas reformadas mais tem atraído crentes de outras comunidades evangélicas?



Foi quase unânime a resposta entre os pastores, que pessoas têm sido atraídas ao presbiterianismo por meio da pregação expositiva das Escrituras.

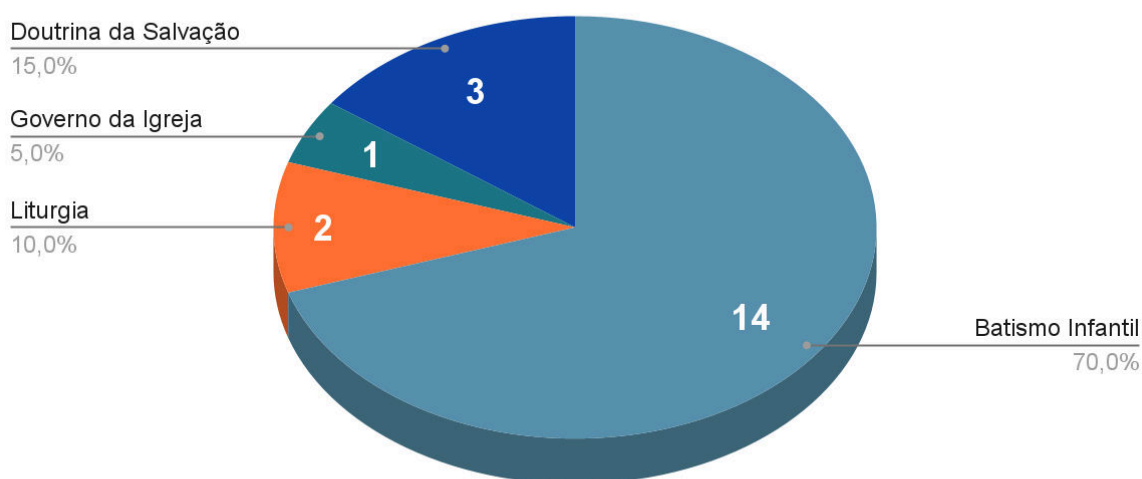
Este dado corrobora que as mídias sociais são as maiores responsáveis pelo fenômeno de migração de pessoas em busca de igrejas reformadas, especialmente o *Youtube*, plataforma que transmite cultos e conferências. Nesta plataforma destacam-se, com milhões de seguidores, os pastores presbiterianos Augustus Nicodemus, Hernandes Dias Lopes, Heber Campos Júnior, Leandro Lima e Felipe Fontes, por exemplo.

Esperava-se que especificamente o calvinismo, como doutrina, pudesse ser um motivo de busca por igrejas reformadas, mas a pesquisa mostrou a centralidade da pregação. Certamente não se pode excluir o calvinismo, tendo em vista que esta é a doutrina soteriológica dos pastores presbiterianos.

Chama a atenção que nenhum pastor apontou o “governo presbiteriano” ou a “teologia da aliança” como atrativo para estes egressos de outras denominações, logo, certamente aprender sobre estas doutrinas e práticas da igreja presbiteriana, que são partes fundamentais da nossa identidade, precisarão estar no radar das igrejas na preparação de novos membros.

Pergunta 04:

Principais pontos de tensão/estranhamento:



Quanto aos pontos de tensão, as respostas foram mais diversificadas, apesar da predominância no ponto do batismo infantil:

- 03 - apontaram a doutrina da salvação; 01 - o governo da igreja; 02 - a liturgia do culto e 14 - batismo infantil.

Inconteste o batismo infantil é a doutrina e prática da igreja presbiteriana mais estranha para egressos de outras denominações evangélicas. O que explica este ponto de tensão é a interpretação credo-batista das suas denominações egressas.

Em um artigo o Dr. Augustus Nicodemus (2018) aponta a dificuldade destes irmãos devido a associação do batismo infantil à prática da Igreja Católica.

Tal dado revela o desconhecimento de um dos aspectos básicos da doutrina presbiteriana, a teologia da aliança, que fundamenta a prática do batismo infantil. Mais uma vez a pesquisa aponta para a necessidade do ensino da teologia da aliança.

CONCLUSÕES GERAIS DA PESQUISA:

- É perceptível o interesse pela fé reformada nos últimos anos dentro do evangelicalismo brasileiro, apontado tanto pelas referências bibliográficas quanto pela pesquisa, o qual tem redundado em um movimento de migração para as igrejas presbiterianas do Brasil. De forma que todas as igrejas da pesquisa foram de alguma forma impactadas pelo recebimento de novos irmãos, que compõem agora uma grande porcentagem dos membros das respectivas igrejas, com potencial de mudar o perfil dos membros das igrejas em poucos anos.
- As Igrejas Presbiterianas possuem uma demanda confessional considerável na preparação de novos membros, pois o que os atraiu à igreja não foram aspectos distintamente teológicos como a soteriologia e eclesiologia que constam nos símbolos de fé da igreja, mas a exposição fiel das Escrituras. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que se as pessoas têm buscado igrejas que pregam expositivamente as Escrituras, logo elas estão abertas ao ensino.
- O aspecto teológico apontado na pesquisa com maior ponto de tensão e sensibilidade pelos egressos de outras denominações evangélicas é o batismo infantil:

De acordo com a Confissão de Fé de Westminster (1649)⁴ o batismo é um sacramento, que está dentro da estrutura maior do pacto de Deus com seu povo: “Este **pacto... Sob a Lei** foi **administrado** por promessas, profecias, sacrifícios, pela **circuncisão**, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir” (CFW VII. 5, grifo nosso).

Agora, no Novo Testamento, com a vinda de Cristo, a forma de administrar o pacto muda: Sob o **Evangelho**, quando foi manifestado Cristo, a substância, **as ordenanças** pelas quais este **pacto** é dispensado são a pregação da palavra e a **administração dos sacramentos do batismo** e da ceia do Senhor; (CFW VII.6, grifo nosso).

Compreendido em um escopo maior, da revelação progressiva da aliança contida no AT e NT, o batismo é o rito que substitui a circuncisão, sendo agora o selo da nova aliança de

⁴ Todas as citações da Confissão de Fé de Westminster utilizadas nesta monografia serão retiradas do texto online que consta no site da Monergismo, que consta no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>> Acesso em: 18/10/2024.

Deus com seu povo: pode-se afirmar positivamente que a circuncisão é, no Antigo Testamento, a contraparte do batismo cristão. (ROBERTSON *apud* JEWETT, 2011, p. 138)

Dixhoorn (2017) trata do batismo infantil refletindo no seguinte trecho da Confissão de Fé de Westminster: Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele, mas os filhos de pais crentes (embora só um deles o seja) devem ser batizados. (CFW XXVIII.4). Para fundamentar o batismo dos filhos de crentes ele abre um subtópico com o nome “Continuidade Pactual” (2017, p. 379) e explica o pedobatismo dentro desta continuidade entre os pactos e seu aspecto familiar:

É em Gênesis 17 que o Senhor da aliança estabeleceu um relacionamento com Abraão, o cabeça de sua família, e por meio de Abraão com sua ‘descendência’. O laço entre Deus e Abraão é descrito como uma ‘aliança perpétua’, um concerto multigeracional de iniciativa divina (Gn 17.7,9). Surpreendentemente, como lemos de Gênesis até Gálatas, descobrimos que a bênção que Deus ofereceu a Abraão não está restrita à família biológica dele. Como explica o apóstolo Paulo, ‘os da fé são abençoados com o crente Abraão’. Na verdade, ‘a bênção de Abraão’ chega ‘aos gentios, em Jesus Cristo’ (Gl 3.9,14). **A inclusão, vista em Paulo, do povo da nova aliança na comunidade do antigo pacto provê uma base teológica sobre a qual a nossa doutrina de filiação à igreja e dos sacramentos é edificada.** Porque estamos herdando uma aliança centrada na família em vez de uma aliança centrada no indivíduo é que **continuamos a aplicar o sinal de entrada em aliança que é o batismo**, tanto quanto aplicávamos o sinal de entrada em aliança que era a circuncisão. (DIXHOORN, 2017, p. 379-380, grifo nosso)

Portanto, o batismo, um sacramento, faz parte de uma matéria maior, a administração da aliança de Deus com seu povo, pois ele é “santos sinais e selos do pacto da graça” (CFW XXVII.1).

Dessa forma, o que explica o batismo infantil é a compreensão das Escrituras a partir da Teologia da Aliança.

- Conclui-se que, uma vez que explica o principal ponto de tensão dos egressos de outras denominações evangélicas, a saber, o pedobatismo, a Teologia da Aliança deve ocupar um papel central na preparação de novos membros da IPB.

Em que pese a pesquisa apontar que existam outros pontos de tensão, este trabalho irá enfatizar a teologia da aliança como base fundamental para a formação de novos membros da IPB egressos de outras denominações evangélicas.

Não obstante, antes de olhar especificamente para a teologia da aliança e de que forma ela é fundamental para a formação de novos membros egressos de outras denominações, estabelecer-se-á de que forma os artigos confessionais e constitucionais da igreja presbiteriana regulamentam/preceituam a recepção de novos membros da igreja.

1.3. PRECEITO CONFSSIONAL

A Confissão de Fé de Westminster (CFW), Capítulo. XXV, Seção 2, declara:

A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

A Confissão afirma que a Igreja Visível está espalhada pelo mundo inteiro, contada por aqueles que professam a fé em Cristo juntamente com seus filhos. Geerhardus Vos (2002) em seu comentário do Catecismo Maior de Westminster (CMW) discorrendo acerca da pergunta 62 - O que é a igreja visível? - afirma que a Igreja Visível é aquela vista em uma “reunião de pessoas”, a qual “constitui-se em uma sociedade” (2002, p. 179).

Fazer parte da igreja visível é parte fundamental para ser contado juntamente com a igreja invisível de Cristo, a qual é descrita como “Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça” (CFW XXVI.1). Assim, ser “reunido” é parte fundamental da vida cristã, conforme podemos também verificar pelo ensino bíblico.

Atos 2:

“E perseveravam na doutrina dos apóstolos e **na comunhão**, no partir do pão e nas orações. Em cada alma havia temor; e muitos prodígios e sinais eram feitos por intermédio dos apóstolos. **Todos os que creram estavam juntos** e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade. Diariamente **perseveravam unânimes** no templo, partiam pão de casa em casa e tomavam as suas refeições com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e contando com a simpatia de todo o povo. Enquanto isso, **acrescentava-lhes o Senhor**, dia a dia, os que iam sendo salvos.” (Bíblia. Atos, Capítulo 2, vers. 42-47, in Bible by Olive Tree, grifo nosso)⁵

Efésios 2:

“E, vindo, evangelizou paz a vós outros que estáveis longe e paz também aos que estavam perto; porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito. Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas **concidadãos dos santos, e sois da família de Deus**, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular; no qual todo o edifício, bem ajustado, cresce para santuário dedicado ao Senhor, no qual também **vós juntamente** estais sendo edificados para habitação de Deus no Espírito.” (Bíblia. Efésios, Capítulo 2, vers. 17-22, in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

⁵ As referências bíblicas são da versão Almeida Revista e Atualizada (ARA) do programa Olive Tree Bible Software, Versão: 7.18.2.0, Direitos autorais © 1998-2025.

Hodge (1999) comentando o capítulo XXVI da CFW afirma a necessidade de fazer parte da igreja visível, como um processo que se dá por meio da própria igreja entre aqueles que “professam a genuína religião” (CFW XXVI.2): “Toda a profissão de fé desta categoria tem por base a pretensão de que a pessoa é membro da verdadeira igreja, e conseqüentemente a constitui membro visível, e põe todos os demais cristãos na obrigação de considerá-la como tal.” (HODGE, 1999, p.425)

Geerhardus Vos (2007, p. 180) afirma que faz parte da igreja visível os membros que pela “profissão pública da verdadeira religião, isto é, uma pública declaração da sua fé em Jesus Cristo e da obediência a Ele.”

Hodge (1999, p. 424) discorre sobre o propósito da igreja visível nas seguintes linhas:

“A verdade de que Deus ordenou seu povo se organizasse em comunidades eclesiásticas distintas e visíveis, com constituições, leis e oficiais, emblemas, ordenanças e disciplina com o grande propósito de imprimir visibilidade a seu reino, de fazer conhecido o evangelho desse reino e de reunir todos os seus súditos eleitos.”

A Confissão de Fé de Westminster (CFW), Capítulo. XXVI, Seção 2, declara:

Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

A CFW afirma que a comunidade da fé é formada por meio daqueles que invocam o nome do Senhor Jesus Cristo, e que a estes se deve estender a comunhão, ou seja, um lugar no corpo de Cristo, pois: Tem uma Cabeça comum e deveres comuns em relação a ela; uma profissão de fé comum, um sistema comum de fé a manter, um evangelho comum a pregar, um culto e serviços comuns a prestar. (HODGE, 1999, p. 439)

Assim, podemos afirmar, que a estes irmãos advindos de outras comunidades evangélicas, é dever da Igreja dar a oportunidade para que professem a sua fé e assim desfrutem de “uma santa sociedade e comunhão no culto a Deus” (CFW. XXVI.2). Deve-se, portanto, compreender que este capítulo da CFW nos ensina que se deve oferecer ocasião para que isto ocorra, que cada santo faça sua profissão e se comprometa com o corpo de Cristo publicamente: “Alguns desses deveres mútuos são, naturalmente, públicos - como se dá entre

as diferentes igrejas evangélicas - e tantos outros são privativos e pessoais.” (HODGE, 1999, p. 441)

Assumir os deveres mútuos publicamente diante da comunidade, seus oficiais e de Deus, sela a entrada na comunidade dos santos. Dessa forma, pode-se compreender que crentes recebidos pelo batismo e profissão juntamente com seus filhos desfrutaram dos meios ordinários de salvação ofertados pela igreja visível, a qual Geerhardus Vos responde ser: “A pregação e o ensinamento da Palavra de Deus; a administração dos sacramentos do batismo e da Santa Ceia; a disciplina eclesiástica; e o cuidado pastoral na supervisão dos membros.” (2007, p. 183)

Conclui-se que o preceito confessional, fundamentado nas Escrituras, afirma ser necessário todo crente fazer parte da igreja visível de Cristo, isto é, de uma santa sociedade e comunhão, tendo oportunidade de fazer sua pública profissão na verdadeira religião, por meio do batismo, se necessário, também batizando seus filhos, e para isto, a própria igreja deve conceder oportunidade e os meios para que isto ocorra.

1.4. PRECEITO CONSTITUCIONAL

O preceito constitucional elucidará que a recepção de membros egressos de outras denominações evangélicas já foi alvo de estudos e resolução da IPB em seus concílios. O recente movimento migratório de evangélicos em busca de igrejas reformadas também já foi constatado pela IPB. A precaução com a recepção de membros egressos de outras denominações é expressa em uma carta pastoral expedida pela IPB onde afirma-se que as igrejas presbiterianas devem estar prontas para receber estes irmãos, mas sem deixar de se atentar para a confessionalidade da igreja, a qual a protege:

Por outro lado, ainda que o esforço dos reformados calvinistas resulte em cooperação mútua deve-se lembrar que nenhuma denominação histórica no Brasil, minimamente saudável, retroage em seus distintivos, e nós presbiterianos, não podemos fraquejar naquilo que tange uma catequese sólida que ajude os novos membros a conhecerem nossa confessionalidade sob pena recebermos pessoas egressas de outras denominações evangélicas num tempo e assinarmos sua demissão do rol de membros em outro momento por omissão no discipulado.⁶

⁶ Sistema iCalvinus - Impressão: 13/09/2024 (Folha 83)

Constata-se que a demanda da confessionalidade não é matéria nova, e já foi alvo de reflexão e resolução documental, assim será verificado no artigo constitucional da IPB, Manual Presbiteriano⁷, onde trata-se da matéria.

O Manual Presbiteriano (2019) na Seção 2ª, Art.16, letras “c” e “d” regulamenta a admissão de novos membros vindos de igreja/comunidade evangélica da seguintes formas:

- c) carta de transferência de igreja evangélica;
- d) jurisdição a pedido sobre os que vierem de outra comunidade evangélica;

Nos seguintes casos, as notas remissivas instruem:

- **Quanto a letra “c”, nota 61:**

“a. orientar que os conselhos instruem adequadamente todos os que desejam entrar no seio da Igreja nas doutrinas fundamentais da fé cristã; b. Receber como membros da igreja somente aqueles que estejam dispostos a participar corretamente dos **sacramentos, especialmente o batismo** ministrado segundo as doutrinas das Escrituras.” (Manual Presbiteriano, 2019, p. 30, grifo nosso)

Perceba a preocupação do concílio em afirmar a necessidade de preparação de novos membros egressos de outras denominações, pois os mesmos constituem caso de particular de atenção, principalmente quanto aos sacramentos. Essa informação vai ao encontro dos dados levantados pela pesquisa, de que principalmente o batismo é um ponto de tensão e estranhamento a estes irmãos, e que não se deve descuidar desta doutrina e prática da igreja, de forma que a longo prazo tenhamos no seio da igreja uma rejeição prática a teologia da aliança.

- **Quanto a letra “d”, nota 62:**

“1) Determinar que os conselhos das igrejas na ocasião do exame de candidatos, verifiquem cuidadosamente as convicções doutrinárias destes e não recebam caso não aceitem as doutrinas da IPB.” (Manual Presbiteriano, 2019, p. 30)

Mais uma vez a orientação enfoca na preparação e aceitação das doutrinas para recebimento dos egressos de outras denominações.

Reverendo Onezio Figueiredo comentando os artigos supracitados orienta que:

“Não se deve dispensar, no meu entendimento, o comparecimento deles ao Conselho para reafirmação de suas convicções religiosas e da aceitação da doutrina, do governo e da disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil. Havendo dúvida quanto ao conhecimento doutrinário, o Conselho poderá recebê-los, mas os encaminhará à

⁷ Para esta monografia foi usada a seguinte versão: Manual Presbiteriano / Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.

classe de doutrina por um período de, no mínimo, um trimestre.” (FIGUEIREDO, 2024, p.27)⁸

Tendo em vista o cenário atual do evangelicalismo brasileiro, o Reverendo Onezio Figueiredo recomenda ainda:

De igrejas supostamente evangélicas, com pregações e ensinamentos heréticos, não se aceitará transferência. Pessoas de tais igrejas ou movimentos carismáticos devem ser recebidas por pública profissão de fé, depois de passarem pela classe de doutrina e serem ouvidas pelo Conselho. O ecletismo atual e a promiscuidade religiosa levam-nos à cautela na recepção de membros não presbiterianos. O rebatismo de membros provenientes de seitas, cujas doutrinas aberram dos pressupostos bíblicos, fica a juízo do Conselho, mas não deve aplicá-lo antes de fundamentar bem a sua decisão, que deve ser registrada em ata. (FIGUEIREDO, 2024, p.27-28)

Assim, a diretriz geral às igrejas e seus respectivos conselhos é que examine os candidatos devidamente e deem preferência à devida preparação doutrinária para recebimento dos mesmos, dando atenção à teologia da aliança, a qual instrui acerca do batismo infantil e seus fundamentos.

Apesar dos novos fatos constatados anteriormente, a IPB possui amplo referencial confessional e constitucional para lidar com a demanda de recebimentos de novos membros egressos de outras comunidades evangélicas. Eles precisam ser recebidos na igreja visível de Cristo, obtendo a oportunidade de professar sua fé e integrarem a igreja, mas sendo devidamente preparados, protegendo assim a confessionalidade da igreja, e evitando futuros transtornos com a perda da identidade da denominação ou uma velada rejeição de sua teologia da aliança.

1.5. O LOCUS DA DOUTRINA DO PACTO NA IPB

Como foi afirmado anteriormente, a teologia do pacto será o foco desta monografia, pois apurou-se pela pesquisa que os membros egressos de outras comunidades evangélicas têm extrema necessidade de conhecê-la, pois em suas experiências religiosas pregressas é uma doutrina estranha às suas antigas crenças e práticas, e dessa forma, seu principal ponto de tensão teológico com a IPB. Mas não apenas isto, pode-se afirmar que a teologia do pacto é a espinha dorsal da teologia reformada, e mais do que uma doutrina entre outras do presbiterianismo, como afirma Ligon Duncan (2004): “A teologia do pacto é também uma

⁸ Consta entre parênteses o ano de 2024, sendo ano de acesso a obra, sendo que no material não consta o ano de publicação.

hermenêutica; uma abordagem do entendimento das Escrituras – uma abordagem que tenta explicar biblicamente a unidade da revelação bíblica.”

No mesmo sentido Christopher Vicente afirma: “a Doutrina do Pacto é a coluna vertebral que conecta e afeta todas as demais doutrinas. Diante de tudo isso, não seria ousado demais dizer que não há como ser verdadeiramente reformado se não adotar a Doutrina do Pacto” (WITSIUS, 2023, p. 10).

Assim, a doutrina da aliança se torna um suporte não apenas para que as igrejas tenham a oportunidade de fundamentar o batismo infantil, mas capacitar estes novos irmãos a compreenderem toda a teologia reformada, e assim crescerem em convicção em sua decisão de fazer parte de uma igreja jurisdicionada pela IPB.

Vale a pena destacar a riqueza que a teologia da aliança em seu aspecto organizador da teologia reformada:

Assim sendo, o que une todos esses temas? O que os junta não é em si um dogma central, mas uma estrutura arquitetônica, uma matriz de vigas mestras e pilares que **sustentam a estrutura da fé e da prática bíblica**. Essa estrutura arquitetônica particular, a qual cremos que a própria Escritura se submete, é a **aliança**. Não é simplesmente o conceito de aliança, mas a existência concreta dos relacionamentos pactuais de Deus na História que fornece o contexto no qual reconhecemos a unidade da Escritura em meio à sua surpreendente variedade. (HORTON, p. 10, 2010, grifo nosso)

Portanto a teologia da aliança é um instrumento organizador para os corações confusos e cheio de informações soltas do mundo e submundo das redes sociais, que chegam às igrejas presbiterianas com um ávido desejo de aprender e crescer na fé, a partir de uma nova experiência com uma igreja bíblica que prega fielmente a Palavra de Deus.

Podemos apontar também para a teologia bíblica não apenas como um trunfo eclesialístico, capaz de prevenir futuros desarranjos na identidade da igreja, mantendo a igreja unida confessionalmente, mas também o meio pelo qual estes crentes podem organizar sua mente pelas Escrituras e nosso meio de interpretá-la, a Confissão de Fé de Westminster:

Dessa maneira, como B. B. Warfield apontou que o pacto é o princípio arquitetônico da Confissão de Westminster, o mesmo pode ser afirmado também sobre as Escrituras... Ela [a teologia do pacto] é onipresente, é o pressuposto, o *sine qua non* de todo o registro de Jesus nos Evangelhos e tudo o que é exposto sobre ele nas cartas.” (VENEMA, 2019, p. 11)

Mais uma vez Venema (2019) nos ajuda a enxergar a abrangência da teologia da aliança, a qual toca em cada área da teologia reformada, e por isto tem a capacidade de ser o seu centro organizador, a sua espinha dorsal:

“Desse modo, que fique claro que a nossa teologia do pacto da forma como é, causa impacto em todos os aspectos da nossa teologia. Naturalmente, dizemos isso da teologia em si, a doutrina de Deus, já que ele é Yahweh, o Senhor do Pacto. Ademais, isso se refere também à natureza do pecado, uma vez que nos torna transgressores da aliança (*asunthetoi*, Rm 1.31), à obra de Cristo, já que o novo pacto é constituído no seu sangue e à aplicação e consumação da redenção, em que Deus se torna o nosso Deus e nos tornamos seu povo. Vale lembrar o significado do pacto no batismo e da ceia do Senhor e a consumação final em que a linguagem da aliança é utilizada para descrever sua realidade máxima: ‘[...] e eu lhe serei Deus, e ele me será filho’ (Ap 21.7).” (VENEMA, 2019, p. 13)

Percebida a importância da Teologia da Aliança, faz-se necessário fundamentá-la bíblica, confessional e doutrinariamente. Logo, o próximo capítulo se propõe a expor o Pacto como espinha dorsal da Teologia Reformada.

CAPÍTULO 02: O PACTO COMO ESPINHA DORSAL DA TEOLOGIA REFORMADA.

Venema afirma: “a Bíblia é orientada pelo pacto do início ao fim” (2019, p.11). Tal afirmação requer que se explique: O que é o Pacto?

2.1. O QUE É O PACTO

Para a CFW o pacto é uma condição *sine qua non* do relacionamento do Criador com a criatura:

Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto. (CFW. VII.1)

Dessa forma, o pacto é um vínculo, o meio pelo qual Deus, o Criador, pode se relacionar com o homem, criatura. Mesmo admitindo a dificuldade de definir o termo de modo preciso e abrangente, de forma que reflita todo o ensino das Escrituras, Robertson (2011, p. 10) conclui que “Nada está mais perto do coração do conceito bíblico de pacto do que a imagem de um laço inviolável.”.

Neste ponto, pode-se destacar aquilo que tem sido considerado o propósito final dos pactos em geral:

Ao longo do registro bíblico da ministração da aliança por Deus, uma frase única se repete como sumário da relação de aliança: ‘Eu serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo’⁹. A constante repetição dessa frase ou sua equivalente indica a unidade da aliança de Deus. (ROBERTSON, 2002, p. 41)

Esse vínculo é soberanamente administrado por Deus: “Nada de barganha, troca ou contrato caracteriza as alianças divinas na Escritura. O soberano Senhor do céu e da terra dita os termos do seu pacto.” (ROBERTSON, 2011, p.18).

Assim o pacto surge do ato de Deus de falar com o homem estabelecendo de forma unilateral o termos deste relacionamento:

Deus como Soberano e Senhor supremo, prescreve com poder absoluto o que julga equitativo; como a própria Bondade, ou o sumo bem, prometendo a comunhão consigo mesmo, na qual reside a principal felicidade do homem, obedecendo e fazendo o que Lhe é agradável; como a própria Justiça, ou soberanamente justo, ameaçando de morte o rebelde. (WITSIUS, 2023, p. 57)

Como destacado por Witsius, outro aspecto surge, a seriedade do pacto, que leva Robertson a descrever o pacto não apenas como um vínculo, mas um vínculo de sangue: “Ao

⁹ Diversos textos bíblicos podem ser apontados: Êx 6.7; Lv 26.12; Jr 7.23, 30.22; Ezl 11.20, 36.28; 2 Co 6.16; Hb 8.10; Ap 21.3.

iniciar as alianças, Deus jamais entra em relação casual ou informal com o homem. Em vez disso, as implicações dos seus pactos estendem-se às últimas consequências de vida e morte.” (2011, p. 12)

A etimologia da palavra para aliança no Hebraico é ברית (cortar), fazendo referência à cerimônia de ratificar uma aliança por meio do sacrifício de um animal cortando/dividido em pedaços (ROBERTSON, 2011, p.10; WITSIUS, 2023, p. 48). Robertson destaca as seguintes alianças nos quais está presente o termo ברית: Gênesis 15.18 (abraâmico); Êxodo 24.8 e Deuteronômio 5.2 (mosaico); 2 Crônicas 21.7 e Salmo 89.3 (davídico); Jeremias 31.31, 33 e Ezequiel 37.26 (novo).

O equivalente grego para aliança no Novo Testamento é διαθήκη (WITSIUS, 2023, p. 49.), especialmente Hebreus 9.15-17 aponta para a necessidade da morte do testador:

Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados. Porque, onde há testamento, é necessário que intervenha a morte do testador; pois um testamento só é confirmado no caso de mortos; visto que de maneira nenhuma tem força de lei enquanto vive o testador. (Bíblia. Hebreus, Capítulo 9, vers. 15-17, in Bible by Olive Tree)

A CFW aprofunda e explica a questão: “Este pacto da graça é frequentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.” (CFW VII.4).

Antes da queda, a aliança de Deus com o homem previa a morte como consequência da quebra (desobediência) da aliança:

Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar. E o SENHOR Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente **morrerás**. (Bíblia. Gênesis, Capítulo 2, vers. 15-17, in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Esta dinâmica persiste e é permanente para o relacionamento de Deus com o homem, pois:

aqueles que confiam em Yahweh como o Senhor da aliança, as bênçãos surgem. Para aqueles que fogem, somente as maldições permanecem. Essa é a dinâmica do pacto. Os termos bênção e maldição representam a linguagem da aliança e fazem parte de um vocabulário inseparável da mesma (VENEMA, 2019, p.12)

Após a queda, no Antigo Testamento, o derramamento de sangue, ou seja, um sacrifício, esteve presente nas alianças estabelecidas. Pode-se destacar o Pacto Abraâmico e Mosaico.

- Abraâmico:

Disse-lhe mais: Eu sou o SENHOR que te tirei de Ur dos caldeus, para dar-te por herança esta terra. Perguntou-lhe Abrão: SENHOR Deus, como saberei que hei de possuí-la? Respondeu-lhe: Toma-me uma novilha, uma cabra e um cordeiro, cada qual de três anos, uma rola e um pombinho. Ele, tomando todos estes animais, partiu-os pelo meio e lhes pôs em ordem as metades, umas defronte das outras; e não partiu as aves. Aves de rapina desciam sobre os cadáveres, porém Abrão as enxotava. (Bíblia. Gênesis, Capítulo 15, vers. 7-11, in Bible by Olive Tree)

- Mosaico:

Veio, pois, Moisés e referiu ao povo todas as palavras do SENHOR e todos os estatutos; então, todo o povo respondeu a uma voz e disse: Tudo o que falou o SENHOR faremos. Moisés escreveu todas as palavras do SENHOR e, tendo-se levantado pela manhã de madrugada, erigiu um altar ao pé do monte e doze colunas, segundo as doze tribos de Israel. E enviou alguns jovens dos filhos de Israel, os quais ofereceram ao SENHOR **holocaustos** e **sacrifícios** pacíficos de novilhos. Moisés tomou metade do **sangue** e o pôs em bacias; e a outra metade aspergiu sobre o altar. E tomou o livro da aliança e o leu ao povo; e eles disseram: Tudo o que falou o SENHOR faremos e obedeceremos. Então, tomou Moisés aquele sangue, e o aspergiu sobre o povo, e disse: Eis aqui **o sangue da aliança** que o SENHOR fez convosco a respeito de todas estas palavras. (Bíblia. Êxodo, Capítulo 24, vers. 3-8, in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

No Novo Testamento, a aliança não mais é ratificada pelo sangue de animais, mas “pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo, conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos, por amor de vós” (Bíblia. 1Pedro, Capítulo 1, vers. 19b-20, in Bible by Olive Tree).

O próprio Cristo assim descreveu a Nova Aliança:

“A seguir, tomou um cálice e, tendo dado graças, o deu aos discípulos, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o **meu sangue, o sangue da [nova] aliança**, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados. (Bíblia. Mateus, Capítulo 26, vers. 27-28, in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Robertson (2011, p.10) resume bem os conceitos trabalhados: “Pacto (ou aliança) é um vínculo de sangue soberanamente administrado.”

2.2. REVELAÇÃO PROGRESSIVA

Compreendido o que é um pacto, agora se faz necessário entender de que forma este perpassa as Escrituras como uma linha mestra que dirigiu a história da redenção, ou seja, como proposto, uma espinha dorsal.

Mathison (2019, p.13) afirma que “Praticamente todo sistema de teologia cristã reconhece várias administrações, dispensações ou economias dentro do plano de Deus”. No mesmo sentido Robertson (2011, p. 27) declara que “As Escrituras obviamente apresentam uma série de relacionamentos em termos de alianças instituídas pelo único e verdadeiro Deus vivo.”. Logo, estabelecido que Deus relaciona-se por meio de alianças, agora é mister demonstrar que estas várias alianças não são desconexas ou simplesmente iniciam um novo

relacionamento, ou maneira de relacionar-se entre Deus e o homem, mas que elas relacionam-se entre si, e progressivamente lança luz sobre a aliança de Deus, que apesar de variadas nas Escrituras, é apenas uma:

A evidência cumulativa das Escrituras aponta definitivamente em direção ao caráter unificado das alianças bíblicas. Os múltiplos pactos de Deus com o seu povo unem-se basicamente num único relacionamento. Os detalhes particulares das alianças podem variar. Pode-se notar uma linha definida de progresso. No entanto, as alianças de Deus são uma. (ROBERTSON, 2011, p.27-28)

Quais são as alianças que precisam ser examinadas? Robertson destaca:

Nas Escrituras, as alianças primárias são as que foram feitas com **Noé, Abraão, Moisés e Davi**, e a **nova aliança**. Além disso, forte evidência favorece que sejam vistos como tendo caráter de aliança tanto o relacionamento criador original entre Deus e o homem na criação. (ROBERTSON, 2011, p.27, grifo nosso)

Estas alianças foram firmadas com personagens históricos, denominados também de “cabeça representativo”¹⁰ (HORTON, 2010, p.61). Estes pactos levam também outros nomes: Adão (Pacto das Obras ou da Criação), Noé (Pacto da Preservação), Abraão (Pacto da Promessa), Moisés (Aliança do Sinai), Davi (Pacto do Reino) e Cristo (Nova Aliança ou Aliança da Consumação). A Confissão de Fé de Westminster destaca dois pactos: o Pacto das Obras e o Pacto da Graça (CFW XXVII). Ainda outra aliança vale ser mencionada, a qual não se encontra em um momento histórico específico, mas na eternidade, chamado de Pacto da Redenção (HORTON, 2010, p.61; ROBERTSON, 2011, p.47).

Elencadas as alianças é necessário enxergar a progressividade da revelação na história do povo de Deus.

2.2.1. Pacto das Obras ou da Criação

O primeiro relacionamento estabelecido nas Escrituras é entre Deus e Adão, chamado Pacto das Obras, no qual Deus ameaça com morte a desobediência, e implicitamente promete vida eterna mediante a obediência (Gn 2.16-17). É um pacto condicional, pois repousa sobre a obediência do primeiro homem, Adão, com um teste específico, dado exclusivamente a ele, como representante de toda a humanidade: “A expressão ‘pacto das obras’ ajuda a deixar claro o que fazia parte do primeiro pacto, isto é, o dever da obediência sob a condição de o homem ser aperfeiçoado na imutável comunhão pactual com Deus.” (Venema, 2019, p.44)

É importante compreender que a condicionalidade não é equivalente a mérito:

¹⁰ Um cabeça representativo é alguém que representa outros (humanidade ou um povo) no ato da aliança.

embora condicional e prometendo uma recompensa com base na justiça, é essencialmente um acordo misericordioso. Não tem nada a ver com direitos inerentes ou retribuição. O homem não merece a recompensa prometida, mesmo com obediência perfeita. Portanto, sob a aliança, suas obras só têm valor em virtude do acordo. Em si mesmas elas não têm qualquer valor meritório intrínseco. (WOOLSEY, 2015, p. 50)

Robertson descreve a circunstância do homem no Éden de forma a contrastar uma compreensão de mera privação:

Quando se examina o teste concernente à árvore, destaca-se nitidamente o radicalismo da obediência exigida. Contrariamente à ordem normal que impregna a cena do jardim, o homem não deveria comer dessa única árvore. Ao homem foi dado o privilégio de comer de todas as árvores do jardim. Como vice-gerente de Deus, tudo era seu. Todavia, agora é introduzida uma exceção determinada. Ergue-se uma árvore no meio do jardim como lembrança simbólica de que o homem não é Deus. Tudo lhe foi graciosamente dado; permanece, porém, uma exceção para lembrá-lo de que não deve confundir sua abundante bem-aventurança com o estado do Criador. Ele é criatura; Deus é Criador. (ROBERTSON, 2011, p.68)

Com a desobediência (Gn 3.6-7), não apenas Adão, mas toda a humanidade a qual ele representava, recebeu as maldições do pacto: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, **a morte**, assim também **a morte** passou a todos os homens, porque todos pecaram.” (Bíblia. Romanos, Capítulo 5, vers. 12, in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Como consequência do pecado, Deus impetra maldições que agora repousariam sobre toda a humanidade (Gn 3.16-19). A desobediência suscita as ameaças do pacto e traz maldição, mas a punição cabal fica em suspense, devido a promessa de Deus em reverter a situação pela vitória do descendente da mulher sobre a serpente (Gn 3.15).

No desenvolvimento da história da humanidade caída o pecado cresce e se multiplica:

A semente de Caim ganhou domínio no mundo conhecido da época (Gn 4.17-24). Também havia homens íntegros (4.24-25). Eles clamavam pelo nome de Yahweh seu Senhor. A antítese ficou mais dominante e com o tempo a maldade aumentou de tal maneira que Yahweh disse que seu Espírito não se empenharia ou sustentaria continuamente (6.3). Ele disse que tiraria o homem da face da terra. Tiraria os animais e pássaros também. O pecado do homem trouxe morte e ruína sobre o que ele devia subjugar e governar (6.5, 11). (GRONINGEN, 2006, p. 33)

2.2.2. Pacto da Preservação

Neste momento, Deus subjugaria o pecado por meio de um dilúvio (Gn 6.7). Em meio ao seu pesar, Deus encontra Noé, descrito como um “homem justo e íntegro entre os seus contemporâneos; Noé andava com Deus.” (Gn 6.9). Por meio deste personagem surge o Pacto da Preservação:

No contexto da maldição sendo executada - o Dilúvio - Yahweh Deus demonstrou que seu plano de salvação foi mantido. Na realidade há um contraste completo. No contexto do julgamento, amor pactual, graça e misericórdia brilharam. A arca era um meio de salvação e preservação. (GRONINGEN, 2006, p. 33)

Após o dilúvio e a saída de Noé e sua família da arca, a aliança é estabelecida (Gn 8.18-9.18), pode-se destacar os seguintes trechos:

Levantou Noé um altar ao SENHOR e, tomando de animais limpos e de aves limpas, ofereceu holocaustos sobre o altar. Abençoou Deus a Noé e a seus filhos e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a terra. Disse também Deus a Noé e a seus filhos: Eis que estabeleço a minha aliança convosco, e com a vossa descendência, e com todos os seres vivos que estão convosco: tanto as aves, os animais domésticos e os animais selváticos que saíram da arca como todos os animais da terra. Estabeleço a minha aliança convosco: não será mais destruída toda carne por águas de dilúvio, nem mais haverá dilúvio para destruir a terra. Disse Deus: Este é o sinal da minha aliança que faço entre mim e vós e entre todos os seres vivos que estão convosco, para perpétuas gerações: porei nas nuvens o meu arco; será por sinal da aliança entre mim e a terra. (Bíblia. Gênesis, Capítulo 8, vers. 20, Capítulo 9, vers. 1, 8-13 in Bible by Olive Tree)

A aliança com Noé, no progresso da revelação, aponta para trás e para frente, lançando luz aos propósitos de Deus:

A teologia da aliança dá ênfase à relação integral da aliança de Noé com a aliança original da criação estabelecida por Deus. A responsabilidade do homem sob a aliança de Noé de multiplicar-se e encher a terra não pode ser entendida de outra maneira a não ser a renovação dos mandados originais da criação. Ainda mais, a teologia da aliança dá ênfase ao fato de que a aliança de Deus com Noé deve ser entendida no contexto do comprometimento de Deus de redimir um povo para si mesmo. (ROBERTSON, 2002, p.163)

2.2.3. Pacto da Promessa

Após o Dilúvio, a Torre de Babel (Gn 11) deu origem a diferentes povos, por meio da confusão de línguas, os quais se espalharam. Nesse contexto a geração de Sem ganha destaque para chegar a Abraão, o novo cabeça de uma aliança (GRONINGEN, 2006, p. 37).

Deus chama Abraão, separando-o de outros povos para por meio dele formar um povo:

Ora, disse o SENHOR a Abrão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai e vai para a terra que te mostrarei; de ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma bênção! Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; em ti serão benditas todas as famílias da terra. (Bíblia. Gênesis, Capítulo 12, vers. 1-3 in Bible by Olive Tree)

Aqui se inicia a relação pactual de Deus com Abraão, chamando-o soberanamente e estabelecendo os termos e as promessas da aliança. Após chamar Abraão e lhe fazer promessas, o patriarca necessitou aguardar um longo período em que as promessas pareciam bem distantes de se realizar:

Anos haviam se passado desde que o Senhor apareceu a Abraão. Durante todo esse tempo, a fé do patriarca foi testada severamente. Deus prometeu a Abraão uma terra que manava leite e mel; porém, ele não possuía um único centímetro de território designado. Deus prometera a Abraão que ele seria uma bênção para todas as nações, mas grandes pragas caíram sobre os egípcios por causa da falsidade de Abraão. Todos os ventres da casa de Abimeleque, rei Gerar, foram fechados por causa de Sara, esposa de Abraão. É isso o que deveria ser chamado de uma bênção para as nações? Deus prometera a Abraão que a sua descendência seria tão numerosa quanto a areia da praia, todavia ele não tinha um único filho para reivindicar como seu. (ROBERTSON, 2002, p.33)

O patriarca se questiona: “Como poderei saber: Como poderei ter certeza?” (ROBERTSON, 2002, p. 113) Em Gênesis 15, Deus confirma e renova suas promessas a Abraão, formalizando a aliança com o patriarca: “Naquele mesmo dia, fez o SENHOR aliança com Abrão, dizendo: À tua descendência dei esta terra, desde o rio do Egito até ao grande rio Eufrates” (Gn 15.8).

Robertson, acerca do rito do sacrifício e da graça nele envolvida, afirma:

Por esse ato, Deus promete. O Senhor assume para si mesmo a total responsabilidade de ver que será cumprida cada promessa da aliança. Isso não quer dizer que Abraão não tinha obrigações na relação da aliança. Ele já tinha recebido a ordem de deixar sua pátria (Gn 12.1ss). Mais tarde se lhe exigirá, de maneira inequívoca, a administração do selo da circuncisão em todos os seus descendentes machos (Gn 17.1,14). Como, porém, a aliança é formalmente instituída em Gênesis 15, o Senhor dramatiza o caráter gracioso da relação da aliança mediante o ato de passar, ele só, entre os pedaços. Essa aliança será cumprida porque Deus assumiu para si mesmo a total responsabilidade de velar pelo seu cumprimento. (ROBERTSON, 2002, p.113)

Como na Aliança com Noé, em que o arco era um sinal da promessa de Deus de preservar a terra (Gn 9.10), agora com Abraão, Deus estabeleceu um sinal próprio desta aliança, a circuncisão¹¹ (Gn 17.9-14). Ela seria um “sinal da aliança entre mim e vós” (Gn 17.11), que juntamente com o sacrifício realizado anteriormente em Gênesis 15, ratifica a aliança (HORTON, 2010, p. 114), onde também o Senhor relembra e amplia suas promessas ao patriarca (ROBERTSON, 2002, p. 116). O sinal da aliança tem a função de identificar aqueles que fazem parte da aliança, no caso, Abraão e seus descendentes (Gn 17.9-10).

Além de identificar aqueles que faziam parte da aliança, a circuncisão era um rito de purificação: “Era um sinal ou símbolo de purificação e compromisso para com o relacionamento de aliança com Deus.” (TENNEY, 2008, p. 1058). A purificação exterior aponta para a necessidade de purificação interior: “O sinal externo de purificação simbolizava a purificação interior necessária à vida de obediência e amor a Deus.” (ROBERTSON, 2002, p.120)

¹¹ “Esta palavra deriva-se do latim e significa literalmente ‘cortar em volta’. A referência bíblica é a uma cirurgia na qual o prepúcio (pele que cobre a glândula do pênis do homem) é removido.” (TENNEY, 2008, p. 1058)

A partir do pacto com Abraão, a história se desdobra em sua descendência. O Senhor, Yahweh, passa a ser chamado como Deus de Abraão, Isaque e Jacó, e por meio destes forma um povo para si:

O texto inspirado, Gênesis 12-50, revela que Yahweh Deus continuou se revelando como Senhor da aliança aos seus agentes escolhidos, Abraão, Isaque, Jacó, José e Judá. Suas promessas do pacto foram mantidas. Ele, progressivamente, revelou quem seria seu agente específico em prol de toda a descendência de Abraão. Mas bênçãos específicas, por meio de Abraão e seus descendentes imediatos, estariam disponíveis a todas as tribos, línguas, povos e nações. (GRONINGEN, 2006, p. 46)

2.2.4. Pacto do Sinai

Como Deus havia revelado em Gênesis 15, a descendência de Abraão por um período de 400 anos seria escrava em terra estrangeira, o que se deu no Egito, após um novo rei ser levantado e que não conheceria a José (Êx 1.8-11). Após este período Deus ouviu os gemidos do seu povo e levantou um libertador, Moisés, o qual foi chamado por Deus no deserto. Yahweh revelou que ele libertaria seu povo, o povo da aliança. Este que se revela é o Eu Sou, o Deus de Abraão, Isaque e Jacó.

Historicamente, a nação de Israel já estava em relação de aliança com o Senhor por meio de Abraão. A narrativa do Êxodo começa quando Deus ouve os gemidos de Israel e ‘lembrou-se da sua aliança com Abraão, com Isaque e com Jacó’ (Êx 2.24). Depois que Deus se estabeleceu como Senhor de Israel, mediante o fato histórico da libertação do Egito, a aliança-lei do Sinai é ministrada. O ‘eu sou o Senhor vosso Deus que vos tirei da terra do Egito, e da casa da servidão’, do Decálogo oferece a moldura histórica essencial em que a aliança-lei sinaítica pode ser entendida. (ROBERTSON, 2002, p.134)

Para Groningen (2006) esta nova ação de Deus que é realizada fazendo referência a sua aliança anterior, demonstra a progressividade da revelação: “Referências serão feitas à aliança. Estas revelam que a aliança feita e confirmada desde o tempo da criação e a revelação da redenção feita a Adão, e a Noé e aos patriarcas foi mantida e progressivamente administrada.” (GRONINGEN, 2006, p. 47)

Além do que já foi posto, é necessário entender o que esta aliança traz de peculiar na inauguração um novo momento: “Subindo eu ao monte a receber as tábuas de pedra, as tábuas da aliança que o Senhor fizera convosco... ao fim de quarenta dias e quarenta noites, o Senhor me deu as duas tábuas de pedra, as tábuas da aliança” (Dt 9.9,11).

Robertson (2002) defende que:

A aliança mosaica manifesta seu caráter distintivo como um sumário exteriorizado da vontade de Deus. A ênfase do Pentateuco nas ‘dez palavras’ (...) e a identificação explícita dessas palavras com a própria aliança claramente indicam que o caráter distintivo da aliança mosaica reside nesse sumário exteriorizado da lei de Deus. (ROBERTSON, 2002, p.135).

O intuito do Senhor no desenvolvimento das suas promessas foi estabelecer Israel como Estado-Nação, uma Teocracia, por isso, os mandamentos do Senhor se expandem para além dos Dez Mandamentos:

Israel recebeu instrução de como adorar, uma vez na terra, sacrificar (12.1-13.8), e celebrar festas (16.1-17). Relações sociais foram tratadas (15.1-18, 16.18-20; 17.8-13), instruções relativas a reis, sacerdotes e levitas foram esclarecidas (17.14-18.8), e relativas a profetas a serem levantados (18.14-22). A instrução de Yahweh também dizia respeito a tribunal de lei (17.8-13), cidades de refúgio (19.1-21), guerra (20.1-20), casamento entre pessoas de raça ou nacionalidade diferentes (21.10-14) e outras questões sociais (21.15-25.19), maldições e bênçãos foram pronunciadas (27.15-28.68). Manter a aliança foi reenfocado (29.1-30.20) (GRONINGEN, 2006, p. 60-61)¹²

O fato da Aliança do Sinai ter como característica o código moral dos Dez Mandamentos e um aspecto condicional de obediência para permanência na terra (VENEMA, 2019, p.73), levanta a questão da similaridade ou mesmo “reedição” (VENEMA, 2019) do pacto das obras. Quanto a esta questão, Robertson destaca:

A frase “aliança de lei” não deve ser confundida com a terminologia tradicional que fala de uma “aliança de obras”. A expressão “aliança de obras” refere-se habitualmente à situação na criação em que foi exigido do homem que obedecesse perfeitamente a Deus, a fim de entrar num estado de bênção eterna. Contrariamente a esse estado estabelecido com o homem em inocência, a aliança mosaica da lei dirige-se claramente ao homem em pecado. Essa última aliança jamais pretendeu sugerir que o homem, por obediência moral perfeita, pudesse entrar num estado de garantida bem-aventurança pactual. O papel integral de um sistema sacrificial substitutivo dentro das provisões legais da aliança mosaica mui claramente indica uma sóbria consciência da distinção entre o tratamento de Deus com o homem em inocência e com o homem em pecado. (ROBERTSON, 2002, p. 136)

Apesar da Lei ser um aspecto distintivo desta aliança, como vontade revelada e agora gravada em pedras e nomeada de aliança (tábuas da aliança), não é um fato inédito, pois anteriormente houve também vontade revelada e obediência exigida:

¹² Todas as referências bíblicas do parágrafo se encontram no livro de Deuteronômio.

Referências à vontade de Deus e à necessidade de obediência a essa vontade podem ser notadas em cada uma das alianças bíblicas. Adão, enquanto recebia graciosamente a promessa de um descendente salvador, devia trabalhar com o suor de seu rosto para sustentar a vida até que o descendente viesse (Gn 3.19). Noé recebe como parte integral da sua aliança cheia de misericórdia o decreto da vontade de Deus com respeito à disposição sobre os assassinos: ‘Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu’ (Gn 9.6). De maneira ainda mais compreensiva, a aliança abraâmica da promessa elabora sobre a responsabilidade do povo de Deus com referência à vontade revelada de Deus. A total fidelidade ao seu Senhor exigida de Abraão requer o envolvimento de toda a sua vida (cf Gn 12.1; 17.1). O patriarca deveria deixar a casa de seu pai e andar diante do Senhor em perfeita obediência. (ROBERTSON, 2002, p. 138)

A Aliança do Sinai, como um desenvolvimento da promessa abraâmica, herdou a circuncisão, mas também ganhou um sinal distintivo, ainda que não próprio deste concerto, mas nele reafirmado, o *Shabbat*. Ainda que este foi estabelecido na criação, ele ganha um novo significado a partir do Êxodo, pelo que merece um lugar no decálogo:

Ainda mais explicitamente, a segunda doação da lei entrelaça o sábado com a redenção. A única modificação mais importante do decálogo em Deuteronômio 5 relaciona-se à razão dada para a guarda do Sábado: Porque te lembrarás de que foste servo na terra do Egito e que o Senhor, teu Deus, te tirou dali com mão poderosa e com braço estendido, pelo que o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasse o dia de sábado (Dt 5.15). Portanto, a razão para a guarda do sábado está relacionada não somente com a criação, mas também com a redenção. Porque Deus deu descanso pela redenção, Israel deve observar o sábado. (ROBERTSON, 2002, p. 138)

Não apenas o sábado, como um dia de descanso semanal, mas também um ano em cada sete (Lv 25.1-7), e após um período de sete anos sabáticos, o Ano do Jubileu deveria ser observado (Lv 25.8-22). Estas prescrições tinham em vista manter a soberania de Deus sobre a terra, a qual pertencia ao Senhor, bem como organizar as relações sociais e fundiárias da nação. A quebra destes mandamentos, dentre outros, levou Israel ao cativeiro, e a saldar sua dívida com Yahweh, sendo imposto a este um exílio de 70 anos (2Cr 36.21).

Após o êxodo e a peregrinação no deserto por 40 anos, Israel entrou na Terra Prometida por meio de Josué, e o primeiro ato após a passagem do rio Jordão é a renovação da aliança por meio da circuncisão e a celebração da Páscoa (GRONINGEN, 2006, p. 64). O povo da aliança não deveria perder de vista que eles são separados para o Senhor por meio da redenção obtida na libertação do Egito.

O período dos juízes é marcado pela infidelidade de Israel em não cumprir os termos da aliança. O seguinte ciclo é observado: Desobediência; Opressão enviada pelo Senhor; Clamor; Libertador; Libertação; Descanso; e, após um período de descanso, novamente a desobediência.

De acordo com a seguinte tabela:

TABELA 01 - CICLO NO PERÍODO DOS JUÍZES

Juiz	Desobediência	Opressão	Clamor	Libertador	Libertação	Descanso
Otniel	Jz 3.7	Jz 3.8	Jz 3.9	Jz 3.9	Jz 3.10	Jz 3.11
Eúde	Jz 3.12	Jz 3.12-14	Jz 3.15	Jz 3.15	Jz 3.29	Jz 3.30
Débora	Jz 4.1	Jz 4:2-3	Jz 4:3	Jz 4:4-6	Jz 4.15-16; 5.31	Jz 5.31
Gideão	Jz 6.1	Jz 6.1-6	Jz 6.6	Jz 6.11-14	Jz 7.19-25	Jz 8.28
Jefté	Jz 10.6	Jz 10.7-9	Jz 10.10-16	Jz 11.1-11	Jz 11.32-33	-----
Sansão	Jz 13.1	Jz 13.1	-----	Jz 13.5	Jz 16.30	-----

Pelo livro de Rute, o qual se situa no período dos juízes, vemos Deus suscitar uma descendência na tribo de Judá, de onde viria o cetro (Gn 49.8-12), de Perez a Davi (Rt 4.18-22), pelo qual Deus estabeleceria a monarquia e faria avançar suas promessas.

2.2.5. Pacto do Reino

Antes de Davi, a monarquia se inicia com Saul, o qual foi rejeitado pelo Senhor. Davi é ungido Rei, primeiro por Samuel (1Sm 16.12) e, depois, pública e oficialmente diante de Judá, e posteriormente sobre todo Israel (2Sm 2.1-5, 5.1-4). Davi trabalhou para organizar a vida do povo de Deus que estava sob a aliança de Abraão e Moisés: separados, numerosos, em um lugar próprio e buscando viver em obediência aos mandamentos do Senhor. Sob Davi, além de alcançar êxito militar sob os inimigos e alcançar paz, o aspecto litúrgico e espiritual teve grande progresso:

Davi demonstrou que a presença de Yahweh Deus na cidade real, especificamente na tenda que ele tinha erguido, era de grande importância para ele. Isso deu a ele a oportunidade para oferecer sacrifícios, abençoar publicamente o nome do Senhor dos Exércitos que o tinha chamado, protegido e ungido como rei sobre o povo da aliança. (GRONINGEN, 2006, p. 69)

Foi no contexto deste anseio de Davi em honrar ao Senhor, que uma nova aliança surge, chamada de aliança do reino (ROBERTSON, 2002; HORTON, 2010):

Agora, pois, assim dirás ao meu servo Davi: Assim diz o SENHOR dos Exércitos: Tomei-te da malhada, de detrás das ovelhas, para que fosses príncipe sobre o meu povo, sobre Israel. E fui contigo, por onde quer que andaste, eliminei os teus inimigos diante de ti e fiz grande o teu nome, como só os grandes têm na terra. Prepararei lugar para o meu povo, para Israel, e o plantarei, para que habite no seu lugar e não mais seja perturbado, e jamais os filhos da perversidade o aflijam, como dantes, desde o dia em que mandei houvesse juízes sobre o meu povo de Israel. Dar-te-ei, porém, descanso de todos os teus inimigos; também o SENHOR te faz saber que ele, o SENHOR, te fará casa. Quando teus dias se cumprirem e descansares com teus pais, então, farei levantar depois de ti o teu descendente, que procederá de ti, e estabelecerei o seu reino. Este edificará uma casa ao meu nome, e eu estabelecerei para sempre o trono do seu reino. (Bíblia. 2 Samuel, Capítulo 7, vers. 8-13 in Bible by Olive Tree)

Robertson (2010) interconecta este momento com as alianças e promessas até aqui:

E então chega o reino! O clímax da antiga aliança acontece na vinda do reino nos dias de Davi. A semente da mulher, destinada a esmagar a cabeça da serpente, é revelada como uma semente real. A preservação da terra da violência, como prometida a Noé, será mantida mediante um único soberano que restringirá o perverso pela atemorização do infrator. A terra prometida Abraão, que tem as mesmas dimensões do território da monarquia davidica, será governada mediante uma administração justa. A maior bênção da lei cairá em abundância sobre o povo de Deus por meio do governo bondoso do legislador que se assenta entronizado no Monte Sião. (ROBERTSON, 2010, p. 69)

Como essa é uma aliança, a questão que se levanta é: qual novidade ela traz no relacionamento de Deus com seu povo, e quais promessas são apresentadas? Robertson (2002) resume ao propósito de Deus na aliança com Davi da seguinte forma:

Davi não construirá a “casa” de Deus, mas Deus construirá a “casa” de Davi. A inversão de frases alterna “lugar de habitação” com “dinastia”. Em ambos os casos, a perpetuidade é o ponto de ênfase. Davi deseja estabelecer para Deus um lugar de habitação permanente em Israel. Deus declara que estabelecerá a dinastia perpétua de Davi. Em suas palavras graciosas a Davi, Deus indica que essas duas “permanências” estarão interligadas. Ele estabelecerá a dinastia de Davi, e a dinastia de Davi estabelecerá seu lugar de habitação permanente. Mas a ordem de graça deve ser mantida. Primeiro, o Senhor soberanamente estabelece a dinastia de Davi, e então a dinastia de Davi estabelecerá o lugar de habitação do Senhor (v.13). (ROBERTSON, 2002, p. 181-182)

Em virtude disso, Davi é estabelecido como cabeça representante do pacto, o medidor da aliança (ROBERTSON, 2010, p. 71). Ele representa o povo diante de Deus e Deus diante do povo. Assim, todos os descendentes de Davi que se assentaram no trono entraram automaticamente em aliança com o Senhor: “Ser o rei em Israel é estar em relação de aliança com Yahweh. As duas posições estão inseparavelmente ligadas.” (ROBERTSON, 2002, p. 183).

Este é um ponto crucial para a forma de tratamento de Deus ao longo da história subsequente, pois em meio a decadência da monarquia, Deus manteve sua aliança, exercendo a ação disciplinadora sobre os descendentes de Davi que estavam no trono: “se vier a transgredir, castigá-los-ei com varas de homens e com açoites de filhos de homens” (2Sm

7.14). Ao mesmo tempo lembrando que não daria fim a esta dinastia, e especificamente a tribo de Judá “por amor a Davi” (1Rs 11.13, 32, 34, 36; 14.21; 15.21; 2Rs 8.19; 19.34; 2Rs 20.6): “Enquanto a calamidade golpeia repetidamente os filhos de Israel no reino do norte, Deus continua a sustentar, de maneira ininterrupta, a linhagem de Davi, no sul.” (ROBERTSON, 2010, p. 209).

Mesmo com o julgamento do Exílio, quando a árvore de Jessé foi cortada, a promessa se mantém, pois deste tronco/toco nascerá um rebento por meio do qual o governo do Filho de Davi se estabelecerá (Is 6.13, 11.1).

O Exílio representou um momento de grande teste para a aliança de Deus com seu povo. Deus não permitiu que seu povo fosse aniquilado, mas, e quanto às promessas feitas no pacto com Abraão, Moisés e Davi? Robertson (2002) explana estes questionamentos:

A expulsão do povo de Deus da terra prometida no tempo do exílio dramatiza seu total fracasso sob a antiga aliança. Essa manifestação de fatal deficiência na ministração da aliança não está relacionada apenas com a aliança mosaica da Lei. Porque o fim da monarquia davídica e a devastação de Jerusalém cumpriram a maldição da aliança associada igualmente com a aliança davídica. Além disso, a expulsão da terra prometida pode ser entendida somente como o reverso da beneficência expressa no pacto com Abraão. Embora formalmente circuncidados, os descendentes de Abraão eram agora tratados como os incircuncisos, e assim lançados para fora da terra. (ROBERTSON, 2002, p. 211)

Mas o fracasso de Israel em cumprir os termos da aliança, foi acompanhado pelas promessas de Deus, enunciadas pelos profetas, da incondicionalidade e da imutabilidade dos seus propósitos:

Embora Israel tivesse falhado no cumprimento das suas responsabilidades sob a aliança, o Senhor Deus de Israel não falharia no seu propósito de estabelecer um grande povo e uma grande nação para glorificar o seu nome. O propósito do Senhor de redimir um povo para si mesmo dentre a humanidade decaída não seria frustrado. (ROBERTSON, 2002, p. 211)

No mesmo sentido Groningen (2006) afirma:

Yahweh Deus revelou que seu plano e obra progrediriam até mesmo no contexto de deslealdade, desobediência e falsa adoração de ídolos. Nenhuma pessoa é essencial no trabalho de Yahweh Deus, embora Ele chame, nomeie e empregue os portadores de sua imagem para serem canais e instrumentos de serviço. (GRONINGEN, 2006, p. 76)

Sendo assim, entende-se que os mediadores da aliança, bem como o povo por eles representado, não são suficientes, por si sós, para receberem as bênçãos da aliança por meio da obediência.

À medida que a história de Israel se desenvolveu, torna-se claro que Israel não foi mais bem sucedido do que Adão em conseguir, no jardim de Deus, o descanso do pecado, da justiça, da guerra, das brigas, do ódio e da opressão. Se o princípio de obrigação pessoal como condição de bênção fosse a base para o julgamento, não haveria esperança em nenhum dos casos. Entretanto, tanto no caso de Adão quanto no de Israel depois da queda de ambos, outra palavra é dita, uma palavra de promessa e não de mandamento — um juramento feito por Deus de cumprir seus propósitos apesar do pecado humano. (HORTON, 2010, p.41)

2.2.6. A Nova Aliança ou Aliança da Consumação

É em meio à notícia da proximidade do juízo de Deus sobre Israel por meio do Exílio, o maior monumento do fracasso do povo escolhido, que Senhor anuncia uma nova aliança, a qual traria a consumação todas as suas promessas:

Eis aí vêm dias, diz o SENHOR, em que firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; porquanto eles anularam a minha aliança, não obstante eu os haver desposado, diz o SENHOR. Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o SENHOR: Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhes inscreverei; eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. Não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece ao SENHOR, porque todos me conhecerão, desde o menor até ao maior deles, diz o SENHOR. Pois perdorei as suas iniquidades e dos seus pecados jamais me lembrarei. (Bíblia. Jeremias, Capítulo 31, vers. 31-34 in Bible by Olive Tree)

Não apenas esta passagem, ainda outras que constam em Jr 32.37-41; 50.4-5; Ez 37.24-28; 16.60-63; 34 (ROBERTSON, 2010, p. 76), declaram o intento divino de um novo concerto que terá o poder de transformar os participantes da aliança e consumir as promessas divinas.

Mas antes de expor especificamente nos detalhes concernentes à nova aliança, é importante destacar o que se diz sobre o Mediador da Nova Aliança, Jesus Cristo.

a aliança de Deus com seu povo não está somente em Jesus Cristo: ela é Jesus Cristo. A nova aliança, o pacto final, em que experimentamos a plenitude da promessa de Deus — “Tomar-vos-ei por meu povo e serei vosso Deus” —, é feita nele. É nele que todas as promessas (do pacto) de Deus encontram o seu “sim”. Desse modo, quando mencionamos “Cristo e o pacto”, isto é, na verdade, o mesmo que falar do “Cristo que é a aliança”. Nele vemos a revelação final da verdadeira natureza interior do pacto que Deus criou com seu povo e se desdobrou na sucessão e progressão das alianças que passam por toda a narrativa do Antigo Testamento. Ele afirmou que a nova aliança está “no meu sangue”. Mas estar no pacto de Deus é estar “em Cristo”, que é a própria aliança de Deus. (VENEMA, 2019, p. 12)

Isto posto, uma teologia bíblica do pacto só pode ser sustentada a partir da centralidade de Cristo. A superioridade da nova aliança repousa exatamente na superioridade do Mediador: “Em Hebreus lemos que essa é não como a antiga aliança, porque está **centrada**

em Cristo e não num servo da casa de Deus, uma melhor aliança promulgada sobre melhores promessas.” (HORTON, 2010, p. 47, grifo nosso)

Vejamos o texto supracitado: “Agora, com efeito, obteve Jesus ministério tanto mais excelente, quanto é ele também Mediador de superior aliança instituída com base em superiores promessas.” (Bíblia. Hebreus, Capítulo 8, vers. 6 in Bible by Olive Tree)

A afirmação que Cristo é o centro da teologia da aliança e estabelece uma aliança superior, não deve minimizar ou até mesmo contrapor a nova aliança com as alianças anteriores, pelo contrário, deve ser compreendida dentro do espectro da revelação progressiva, ou seja, desde o princípio era a intenção de Deus levar a história a esta consumação, usando cada período histórico e personagem bíblico para apontar seu plano eterno:

Assim, no início, quando a Adão foi dada a primeira promessa de salvação [Gn 3.15], como que brilharam tênues centelhas; depois, feito suplemento, maior amplitude de luz começou a difundir-se, luz que, a seguir, despontou mais e mais e projetou seu fulgor mais largamente, até que, enfim, dissipadas todas as nuvens, o Sol da Justiça, Cristo, iluminou, em toda a plenitude, todo o orbe da terra. (CALVINO, 2003, p.202-203)

Não é difícil entender a interconectividade das alianças do Antigo Testamento com a Nova Aliança, pois ainda no período veterotestamentário os profetas profetizaram sobre sua realização:

A relação orgânica da nova aliança com as alianças de Abraão, Moisés e Davi encontra desenvolvimento explícito tanto nas profecias do Antigo Testamento concernentes à aliança, quanto nas realizações do Novo Testamento dessa aliança consumada. De qualquer das duas perspectivas, a nova aliança não pode ser entendida de nenhuma outra maneira senão como realização das projeções proféticas, encontradas nas alianças abraâmicas, mosaica e davídica. (ROBERTSON, 2002, p. 38)

A título de exemplificação, vejamos três profecias que anunciam a nova aliança em termos de cumprimento das antigas alianças:

Dar-lhes-ei um só coração e um só caminho, para que me temam todos os dias, para seu bem e bem de seus filhos. Farei com eles aliança eterna, segundo a qual não deixarei de lhes fazer o bem; e porei o meu temor no seu coração, para que nunca se apartem de mim. Alegro-me-ei por causa deles e lhes farei bem; **plantá-los-ei firmemente nesta terra**, de todo o meu coração e de toda a minha alma. (Bíblia. Jeremias, Capítulo 32, vers. 39-41 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Jeremias profetiza acerca da nova aliança fazendo referência explícita à promessa abraâmica sobre a posse da terra (Gn 12).

No texto de Jeremias 31.31-34 (citado acima), a nova aliança é anunciada fazendo referência a aliança do Sinai:

Esta “nova aliança” com a “casa de Israel e com a casa de Judá” não será igual à aliança mosaica quanto às suas características externas. Mas a lei de Deus revelada a Moisés estaria escrita no coração. Embora a substância da lei seja a mesma, o modo da sua ministração será diferente. A forma pode mudar, mas a essência da nova aliança da profecia de Jeremias relaciona-se diretamente com a aliança-lei feita no Sinai. (ROBERTSON, 2002, p. 38)

Agora em Ezequiel 34, a aliança é anunciada fazendo referência a aliança abraâmica, davídica e mosaica, os apontamentos são feitos por Robertson (2002):

O meu servo Davi reinará sobre eles; todos eles terão um só pastor [alusão à aliança davídica], andarão por meus juízos, guardarão os meus estatutos e os observarão [alusão à aliança mosaica]. Habitarão na terra que dei a meu servo Jacó, na qual vossos pais habitaram [alusão à aliança abraâmica]... Farei com eles aliança de paz, será aliança perpétua [alusão à nova aliança] (Ez 37.24-26). (ROBERTSON, 2002, p. 38)

Quanto à aliança da preservação, ainda que não haja nenhuma afirmação redentiva neste pacto, compreende-se que a aliança de Deus com Noé foi fundamental para que as demais providências da redenção, prometida em Gênesis 3.15, pudessem se realizar:

A aliança com Noé fornece a estrutura preservativa pela qual o propósito de Deus de redimir um povo para si deve ser realizado. “Enquanto existir a terra”, as disposições da paciência de Deus com relação ao homem pecador delineadas na aliança com Noé continuam em vigor (Gn 8.22). Ainda hoje, permanece estabelecida a regularidade das estações por causa das palavras da aliança de Deus com Noé. Esse antigo pacto fornece ainda a estrutura na qual a redenção deve cumprir-se. (ROBERTSON, 2002, p. 40)

No mesmo sentido Williamson (2018) afirma:

Antes do dilúvio, a linhagem prometida da semente é traçada a partir de Adão, passando por Sete, até Noé, destacando, assim, a importância teológica do livramento do último: Noé foi salvo do desastre do dilúvio para garantir a sobrevivência e a preservação da linhagem prometida da semente, por meio da qual as consequências acabariam sendo revertidas. E é para proteger e garantir esse propósito divino - bênção universal por intermédio dessa semente prometida - que a aliança noética e, com efeito, todas as alianças subsequentes, servem. (WILLIAMSON, 2018, p. 53)

Assim, a aliança noaica também aponta para a redenção porvir, pois seu sinal fala da paciência de Deus que desemboca em sua graça redentora, pois o Senhor não intenta sustentar a terra em sua impiedade, mas preservá-la com a promessa de restaurá-la:

A ideia não é, como normalmente assumida, de que o homem é lembrado da promessa divina pelo arco, mas que o próprio Deus, se fosse possível que ele pudesse esquecer, será lembrado de seu juramento: “Sucederá que, quando eu trouxer nuvens sobre a terra, e nelas aparecer o arco, então, me lembrarei da minha aliança (*berith*)”. O que acontece com o arco-íris aqui é o que vai acontecer, mais tarde, com a circuncisão: ambos existiam antes, e, em certo momento, o momento escolhido, foram consagrados por Deus para servirem como sinais de seu *berith*. O sinal é, em seu caráter, relacionado com a força da natureza da qual ele promete proteção. Ele é produzido a partir das próprias nuvens que haviam trazido destruição sobre a terra, pelos raios do sol que, no simbolismo da Escritura, representam a graça divina. (VOS, 2010, p. 76)

Podemos afirmar que a terra é preservada pois o propósito do Senhor é trazer o descendente da mulher, o qual esmagará a cabeça da serpente, e assim a vida poderá florescer em um mundo redimido (Rm 8.20-21). Mas o que antecede à revelação dos “filhos de Deus” é a própria redenção destes. Nesse sentido, a aliança da preservação, que anuncia também um fim, um *eschaton* (Gn 8.22a), possibilita o desenvolvimento das promessas do Senhor, ao passo que a própria terra é beneficiária destas promessas (Is 65.17; 2Pe 3.13).

Agora, com a plenitude do tempo, o Filho de Deus vem ao mundo (Gl 4.4), ele quem foi o Criador juntamente com o Pai e o Espírito Santo, é também quem redime a criação.

Quanto às alianças, por fim, cabe examinar de que forma Cristo cumpre a aliança do começo, o Pacto das Obras.

De forma direta Cristo é relacionado com Adão:

Portanto, assim como por **um só homem** entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram. Todavia, não é assim o dom gratuito como a ofensa; porque, se, pela ofensa de **um só**, morreram muitos, muito mais a graça de Deus e o dom pela graça de **um só homem, Jesus Cristo**, foram abundantes sobre muitos. Pois assim como, por **uma só ofensa**, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por **um só ato de justiça**, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida. Porque, como, pela desobediência de **um só homem**, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de **um só**, muitos se tornarão justos. (Bíblia. Romanos, Capítulo 5, vers. 12, 15, 18,19 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Ainda em 1 Coríntios 15.45-49, Adão é chamado de “o primeiro Adão”, e Cristo de “segundo” e também “último Adão”. Estes paralelos colocam Adão e Cristo como mediadores de duas alianças, as quais tanto um quanto outro são cabeças federais, conforme a CFW descreve:

O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo (CFW VII.2,3)

Sendo Cristo o segundo Adão, seu objetivo é alcançar aquilo que Adão não alcançou, a perfeita obediência ao Pai:

Agora, quando se pergunta como, cancelados os pecados, Cristo tenha removido o antagonismo existente entre nós e Deus, e adquirido a justiça que no-lo fizesse favorável e benévolo, pode-se responder, de modo geral, que isto ele nos conseguiu mediante todo o curso de sua obediência. (CALVINO, 2003, p.260)

Tendo em vista a condição do homem, não apenas incapaz de alcançar a justiça por suas obras, mas também sob a sentença de morte e ira eterna por seus pecados, a obediência de Cristo necessitou ser dupla. Teologicamente essa dupla e necessária obediência foi descrita como obediência ativa, a “vida perfeitamente justa de Cristo” e obediência passiva que “diz respeito ao seu sofrimento” (CRAMPTON, 2010, p. 72) .

Crampton (2010) descreve clara e sucintamente como essas duas faces da obediência de Cristo se deram:

Em sua obediência ativa (ou perceptiva), o senhor Jesus Cristo viveu uma vida de perfeita obediência a toda a lei de Deus (Mateus 5.17; Hebreus 4.15; 7.26), a fim de obter a justiça para os eleitos (Romanos 5.19; 1 Coríntios 1.30; Filipenses 3.9). Assim como o primeiro Adão quebrou o pacto das obras no Jardim do Éden, colocando toda a humanidade sobre a maldição do pecado (Gênesis 3; Romanos 5.12-19), o segundo e último Adão, Jesus Cristo (1 Coríntios 15.45,47), veio cumprir esse pacto em favor dos eleitos (Romanos 5.19). A obediência ativa de Cristo era necessária, para que essa justiça pudesse ser imputada legalmente aos eleitos (2 Coríntios 5.21). A obediência passiva de Cristo em sua obra redentora na cruz, a parte da obediência ativa, não seria suficiente. Isto é, Cristo fez mais que morrer pelos eleitos; também tornou-se a justiça dos eleitos. Então, lemos em 1 Coríntios 1.30 que “Cristo Jesus... se... tornou... [nossa] Justiça”. Em sua obra de obediência passiva (ou penal), o senhor Jesus Cristo, por imputação legal, suportou os pecados dos eleitos. Cristo “mesmo” escreve Pedro, “carregou em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados, para que nós, mortos para os pecados, vivamos para a justiça; por suas chagas vírgulas fosse sarados” (1 Pedro 2.24) (CRAMPTON, 2010, p. 72-73)

Quando Cristo cumpre o pacto das obras em sua obediência perfeita, sem sucumbir às tentações da serpente, e oferece sua vida em sacrifício, tomando sobre si a morte como consequência da quebra do pacto, a promessa de Gênesis se cumpre, o descendente da mulher esmaga a cabeça da serpente (Gn 3.15), e por meio deste sacrifício uma nova aliança se abre:

Este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós (Lc 22.20). O sangue de Cristo não apenas remove a maldição da antiga aliança; introduz também simultaneamente a condição abençoada da nova aliança. [...] Quando Cristo toma sobre si mesmo as maldições da antiga aliança, ele institui simultaneamente a condição abençoada da nova. (ROBERTSON, 2002, p. 112).

Deve-se também suscitar a importância da ressurreição de Cristo, pois se a quebra do pacto de Deus com Adão trouxe morte como consequência e maldição, Cristo ter sofrido a morte pelos eleitos e ressuscitado, declara sua vitória sobre a morte e abre as portas para que os benefícios da sua obra sejam comunicadas aos eleitos:

tendo sido sepultados, juntamente com ele, no batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos. E a vós outros, que estáveis mortos pelas vossas transgressões e pela incircuncisão da vossa carne, vos deu vida juntamente com ele, perdando todos os nossos delitos; tendo cancelado o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz; e, despojando os principados e as potestades, publicamente os expôs ao desprezo, triunfando deles na cruz. (Bíblia. Colossenses, Capítulo 2, vers. 12-15 in Bible by Olive Tree)

Até aqui, podemos afirmar que Cristo é o descendente da mulher (Gn 3.15), o filho da promessa de Abraão (Gl 3.16; Mt 1.1), o Profeta pré-anunciado por Moisés (Dt 18.15,18), o Filho de Davi (2Sm 7.12-13; Mt 1.1).

A CFW ensina de que forma Cristo esteve sempre presente no Antigo Testamento:

Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensação chama-se o Velho Testamento. (CFW VII.5)

Pode-se afirmar que, após a queda, Deus sempre se relacionou com seu povo por meio de um pacto de graça, em que Cristo foi comunicado para a salvação de todos os que aguardavam sua vinda pela fé:

Cristo é a base e o Mediador da aliança, e também o foi sob a antiga administração, não simplesmente como Deus, mas como a pessoa divina que assumiria nossa carne. Os santos do Antigo Testamento foram salvos pela mesma graça pactual dada aos santos do Novo Testamento. Isso foi possível porque, embora dois aspectos da obra mediadora de Cristo - a reconciliação e o apoio protetor - exigissem primeiro sua vinda em carne, o terceiro aspecto - ou seja, Deus se fazendo conhecido ao homem por meio de um Mediador - foi realizado antes da encarnação e seu fruto foi comunicado pela promessa. [...] O fruto, ou os efeitos e virtudes da morte de Cristo, foi comunicado pela promessa antes do próprio acontecimento, assim como depois. (WOOLSEY, 2015, p. 62)

Agora os santos que estão do lado de cá da vinda de Cristo, não experimentam a fé por meio de figuras ou símbolos, mas pela realidade, pelo corpo, e não mais pela sombra (Cl 2.16-17; Hb 8.5, 10.1), como afirma Woolsey: “Sob o Antigo, Cristo foi prefigurado em sacrifícios, sacramentos, tipos e ordenanças; sob o Novo, foi proclamado na pregação da palavra e nos sacramentos” (2015, p. 61).

Assim, quanto a ministração do Evangelho, Robertson (2002) afirma:

A encarnação de Cristo representa o ponto de diferenciação particularmente básico nessa história. O vínculo de Deus com o homem antes de Cristo pode ser chamado de “antiga aliança”, e o vínculo de Deus com o homem depois de Cristo pode ser chamado “nova aliança”. A “antiga aliança” pode ser caracterizada como “promessa”, “sombra”, “profecia”; a “nova aliança” pode ser caracterizada como “cumprimento”, “realidade”, “realização”. (ROBERTSON, 2002, p. 50)

Quanto aos sacramentos a CFW afirma:

Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados. (Mt. 28.19; 1Co 11.20, 23-34; Hb. 5.4) Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento. (1Co 10. 1-4) (CFW XVII. 4,5)

Mesmo afirmando a unidade das alianças e o propósito único de ministrar a Cristo pelos sacramentos, tanto aos crentes da antiga aliança, quanto aos da nova aliança, certamente deve-se fazer a seguinte distinção: os crentes do novo testamento, pelo cumprimento das promessas em Cristo, estão em vantagem quanto aos benefícios da aliança: “O Novo tem uma revelação mais completa, e é mais eficaz espiritualmente”. (WOOLSEY, 2015, p. 61)

Esta superioridade foi enfatizado por Jeremias na sua profecia: “Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o SENHOR: Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhes inscreverei; eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo.” (Bíblia. Jeremias, Capítulo 31, vers. 33 in Bible by Olive Tree)

Robertson (2002) descreve amplamente esta promessa como um caráter distintivo da nova aliança:

De acordo com Jeremias, a inscrição interiorizada da lei de Deus constituirá característica distintiva da ministração da nova aliança. O coração de carne dos membros da comunidade da aliança servirá como a tábua na qual será gravada a torá (Jr 31.33). Outras passagens falam do ato de Deus de pôr o seu temor no coração do seu povo para que ele não mais se afaste dele (Jr 32.40); de colocar dentro deles o seu Espírito (Ez 37.14); e de lavá-los, purificando-os (Ez 37.23). Jeremias declara que nessa redenção vindoura o povo de Deus não mais andará segundo a dureza do próprio coração (Jr 3.17). Portanto, a nova aliança ostenta característica única no seu poder de transformar os seus participantes a partir do íntimo do coração deles. Esse caráter único distingue a nova aliança de todos os relacionamentos pactuais anteriores de Deus com o seu povo. (ROBERTSON, 2002, p. 214-215)

A Teologia da Aliança foi acima exposta de forma a mostrar o quadro geral do relacionamento de Deus com seu povo durante a história da revelação bíblica. Há ainda muitos outros pontos e detalhes que poderiam ser suscitados, os quais não são alvos de discussão neste trabalho.

Definida essa malha bíblica, em que o pacto é a espinha dorsal da interpretação reformada, torna-se evidente que a Teologia do Pacto oferece à igreja um sólido fundamento para instruir novos membros, capacitando-os a professar sua fé com convicção doutrinária reformada. Isso os integra de forma consciente a uma igreja presbiteriana, signatária da Confissão de Fé de Westminster, mas também dá oportunidade à igreja de reafirmar as doutrinas da IPB. Esse esforço será desenvolvido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 03: O PACTO E SUAS APLICAÇÕES CATECUMENAS

Nos capítulos anteriores, foram apresentados os fundamentos bíblicos, doutrinários e confessionais da Teologia do Pacto (cap. 02), bem como sua necessidade para as igrejas presbiterianas que recebem membros egressos de outras denominações (cap. 01). Agora, torna-se necessário analisar como essas doutrinas se aplicam na prática e, especificamente, como elas auxiliam no processo de recebimento de crentes egressos de outras comunidades evangélicas. Como afirma Bavinck (2012), a aliança não é um conceito sem aplicabilidade, pelo contrário: “Na igreja e na teologia reformada, a aliança se tornou um encorajamento prático muito importante para a vida cristã.” (2012, p. 200)

A admissão de novos membros em uma igreja presbiteriana exige não apenas uma profissão de fé genuína em Cristo, mas também uma compreensão das doutrinas confessionais da denominação. Isso é especialmente relevante quando esses irmãos provêm de tradições eclesiais com diferentes entendimentos sobre a relação entre a antiga e a nova aliança, a soberania de Deus, a administração dos sacramentos, a inclusão da família no pacto, entre outras questões.

Neste capítulo, valendo-se do estudo da Teologia do Pacto no capítulo anterior, ampliando-o e aplicando-o, serão tratados os seguintes temas:

- O Pacto e a Soberania de Deus;
- O Pacto e a Salvação;
- O Pacto, a Igreja e os Sacramentos;
- A Vida sob o Pacto.

A partir dessa análise, buscar-se-á demonstrar como a Teologia do Pacto não apenas orienta a doutrina e a prática da igreja, mas também oferece um fundamento seguro para a recepção amorosa e consistente de novos membros que, apesar de sua trajetória eclesial anterior, são chamados a compartilhar da mesma fé e comunhão no corpo de Cristo.

3.1. O PACTO E A SOBERANIA DE DEUS

A tarefa de compreender as alianças de Deus na história da redenção, não é apenas uma tarefa de entender de que forma, no tempo, Deus agiu, mas também de que forma estas alianças são manifestações de um decreto divino, concebido na eternidade pelo Deus Trino e Soberano:

É uma falsa percepção a de que Deus primeiro fez sua aliança com Adão e Noé, com Abraão e Israel, e apenas finalmente com Cristo. A aliança da graça já estava pronta desde a eternidade no pacto de salvação das três pessoas e foi realizada por Cristo desde o momento em que ocorreu a queda. Cristo não começou a agir somente com sua encarnação, e o Espírito Santo não iniciou sua obra com o derramamento, no dia de Pentecostes. Mas, assim como a criação é uma obra trinitária, assim também a recriação foi, desde o princípio, um projeto das três pessoas. Toda a graça que é estendida à criação depois da queda vem a ela do Pai, através do Filho e no Espírito Santo. (BAVINCK, 2012, p. 221)

Ainda que não seja unanimidade entre os teólogos reformados, a doutrina da Aliança da Redenção (WOOLSEY, 2015, p. 58)¹³, é uma forma de sistematizar o claro ensino bíblico da soberania de Deus e seus eternos propósitos realizados no tempo.

Qual a prova escriturística para a aliança da redenção? Ao analisarmos os intentos de Deus realizados na história, é descrito que eles faziam parte de um plano concebido na eternidade:

Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo... nos escolheu em Cristo antes da fundação do mundo... nos predestinou para adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo... no qual temos a redenção, pelo seu sangue... segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade... tendo crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa. (Bíblia. Efésios, Capítulo 1, vers. 3-14 in Bible by Olive Tree)

Nessa afirmação magna dos propósitos eternos do Deus Trino, é claramente identificado um plano eterno concebido pelo Pai, plano este concebido antes do tempo, que se concretiza no tempo, pois ele é “antes da fundação do mundo” e ao mesmo tempo acontece na “plenitude do tempo”. A soberania de Deus é expressa em Ele agir conforme o conselho da sua vontade, um mistério que estava oculto e foi revelado. Nessa vontade soberana, o Pai elege quem Ele quer. Em Cristo e por meio do Espírito, Deus Pai realiza seu plano, que agora alcança aqueles que foram escolhidos para serem propriedade do Filho para a glória do Pai.

Tal texto expressa claramente uma aliança: “A aliança da redenção, porém, é um pacto eterno entre as pessoas da Trindade. O Pai elege um povo no Filho, como seu mediador, que será levado à fé salvadora por meio do Espírito.” (HORTON, 2010, p.62)

Ainda outros textos apontam para a eternidade da obra de Cristo (1Pe 1.19-20; Ap 13.8) e também a disposição interna da Trindade em servir e glorificar uns aos outros (Jo 5.19, 6.38, 8.28-29, 16.14, 17.1; At 2.33; Fp 2.6-8).

Ao olharmos para toda a história narrada anteriormente, de Adão a Cristo, vemos a poderosa mão de Deus dirigindo todas as coisas e sustentando suas promessas. De que outra forma todos os propósitos de Deus poderiam realizar-se? “Dessa forma, a doutrina da aliança mantém a soberania de Deus em toda a obra de salvação. E o Pai quem concebe, planeja e

¹³ Entre os autores citados no trabalho, Woolsey, Horton e Bavinck defendem a aliança da redenção, enquanto Robertson discorda. Outros a denominam também pelo nome de “conselho de paz” e “pactum salutis”.

deseja a obra de salvação; é o Filho quem a assegura e efetivamente a conquista; e é o Espírito quem a implementa e aplica.” (BAVINCK, 2012, p. 201)

Neste ponto específico pode ser apresentado ao catecúmeno uma doutrina reformada basilar, a providência divina:

O governo providencial de Deus se estende mui particularmente sobre Seu povo. Toda a história dos patriarcas, de Israel, da Igreja, e de cada crente, é prova disto. O que outras pessoas explicam como sendo um mau contra elas, Deus o transforma em bem (Gênesis 50:20; nenhuma arma forjada contra eles prosperará (Isaías 54:17); até o cabelo de sua cabeça estão todos contados (Mateus 10:20); todas as coisas cooperam para o seu bem (Romanos 8:28). Assim, todas as coisas criadas existem pelo poder e debaixo do governo de Deus; nem a casualidade nem a sorte são conhecidas pelas Escrituras (Êxodo 21:13; Provérbios 16:33). É Deus quem faz com que todas as coisas operem segundo o conselho de Sua vontade (Efésios 1:11) e faz com que todas as coisas estejam ao serviço da revelação de Seus atributos, para a honra de Seu nome (Provérbios 16:4; Romanos 11:36). A Escritura resume tudo isto de maneira formosa ao falar repetidamente de Deus como um Rei que governa todas as coisas (Salmos 10:16; 24:7, 8; 29:10; 44:5; 47:7; 74:12; 115:3; Isaías 33:22, etc.). (BAVINCK, 2004)

Paulo ao descrever de que forma Deus exerce sua soberania e levou a cabo seus planos, afirma:

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém! (Bíblia. Romanos, Capítulo 11, vers. 33-36 in Bible by Olive Tree)

Sendo assim, a própria história é prova da soberania de Deus. E de que forma esta história se desenrolou? Por meio das alianças que progressivamente se consuma em Cristo, descrito como mistério que estivera oculto desde a eternidade e que agora foi revelado (Ef 3.8-12; Cl 1.26).

Um olhar acurado sobre as alianças descrevem que a aliança surge a partir da iniciativa divina. Como descrito anteriormente, o pacto é soberanamente administrado. Yahweh é o Senhor do Pacto (VENEMA, 2019, p.13). Assim, a aliança sempre é precedida pela escolha divina. O que na Teologia Reformada é descrito como eleição. Para membros egressos de outras denominações este é um conceito novo ou confuso que precisa ser explicado no contexto maior que as Escrituras fornecem. Essa não é uma discussão abstrata, pois em vários momentos das Escrituras, os chamados herois da fé e outros são descritos como pessoas eleitas.

A própria Escritura ao explicar os motivos divinos de Deus entrar em aliança destaca a soberania de Deus na eleição. Vejamos dois exemplos:

- Abraão:

Então, Josué disse a todo o povo: Assim diz o SENHOR, Deus de Israel: Antigamente, vossos pais, Tera, pai de Abraão e de Naor, habitaram dalém do Eufrates e serviram a outros deuses. Eu, porém, **tomei Abraão**, vosso pai, dalém do rio e o fiz percorrer toda a terra de Canaã; também lhe multipliquei a descendência e lhe dei Isaque. (Bíblia. Josué, Capítulo 24, vers. 2-3 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Tu és o SENHOR, o Deus que **elegeste Abrão**, e o tiraste de Ur dos caldeus, e lhe puseste por nome Abraão. Achaste o seu coração fiel perante ti e com ele fizeste aliança, para dares à sua descendência a terra dos cananeus, dos heteus, dos amorreus, dos ferezeus, dos jebuseus e dos girgaseus; e cumpriste as tuas promessas, porquanto és justo. (Bíblia. Neemias, Capítulo 9, vers. 7-8 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Abraão foi eleito pelo Senhor e assim tomado (referência ao seu chamado em Gênesis 12) para que por meio dele um povo fosse separado para o Senhor.

- Jacó:

Eu vos tenho amado, diz o SENHOR; mas vós dizeis: Em que nos tens amado? Não foi Esaú irmão de Jacó? — disse o SENHOR; todavia, **amei a Jacó**, porém aborreci a Esaú; (Bíblia. Malaquias, Capítulo 1, vers. 2-3 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: **Amei Jacó**, porém me aborreci de Esaú. (Bíblia. Romanos, Capítulo 9, vers. 11-13 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Isaque e Jacó são exemplos clássicos da eleição, revelando tanto a continuidade da aliança patriarcal, quanto a eleição pessoal de um em detrimento de outro (Ismael e Esaú, respectivamente). Paulo ainda afirma que a eleição nacional em Abraão, não era garantia de uma eleição pessoal (Rm 9.6-8):

Houve uma eleição dupla de Deus, visto que, falando de modo geral, ele escolheu toda a família de Abraão. Isso porque a circuncisão era comum a todos, sendo o símbolo e o selo da adoção [...] Esse era um tipo de adoção ou eleição. Porém, o outro era secreto, porque Deus reservou para si daquela multidão aqueles que ele desejou: e esses são os filhos da promessa. (WOOLSEY, 2015, p.261)

Outro fundamento para afirmar o pacto de Deus, como elemento constituinte da eleição, pode ser claramente visto nas palavras de Cristo, pois este afirma que aqueles que vêm a Ele, anteriormente foram concedidos pelo Pai. No Evangelho de João a ênfase da eleição recai sobre a relação eterna do Pai com o Filho, pois os discípulos são “aqueles que tu me deste” (Jo 6.39, 17.6, 9, 11, 12). Horton destaca:

“No ministério de Cristo, por exemplo, o Filho é representado (especialmente no quarto Evangelho) como tendo recebido do Pai um povo (Jo 6.39; 10.29; 17.2,4-10; Ef 1.4-12; Hb 2.13 citando Is 8.18), que é chamado e guardado pelo Espírito Santo para a consumação da nova criação (Rm 8.29,30; Ef 1.11-13; Tt 3.5; 1Pe 1.5).” (HORTON, 2010, p.63)

Logo, afirmar a doutrina do pacto é afirmar a crença em um Deus Soberano, que na história da revelação executou seu plano eterno concebido junto ao Filho e ao Espírito Santo, no qual desembocou em chamar eficazmente aqueles os quais elegeu.

APLICAÇÕES:

O pastor ou professor de catecúmenos tem, na aliança, um arcabouço teológico riquíssimo para demonstrar na história bíblica a ação de Deus, que não pode ser descrita de outra forma senão de forma Soberana. A Soberania de Deus na Teologia da Aliança contrapõe diretamente o que o pensamento arminiano¹⁴, o qual é o sistema soteriológico adotado pela maioria das comunidades evangélicas não reformadas. Tendo em vista a necessidade de contrapor essa visão com a visão reformada, a teologia da aliança dá oportunidade de apresentar as chamadas Doutrinas da Graça¹⁵. Conforme o material exposto acima, pode-se destacar:

A Soberania de Deus inclui a providência divina, Deus leva a cumprimento aquilo que ele decretou, assim a história corre conforme seus planos, descrito acima como determinados desde a eternidade. Assim o homem é salvo não por uma tentativa do Espírito Santo de convencê-lo, mas de uma intervenção, graça irresistível, que chama eficazmente os eleitos, dando-lhes uma nova natureza, por meio da qual podem compreender e crer no conteúdo do Evangelho. Estes mesmos que Deus alcança, ele preserva de caírem, mas os sustenta levando-os à santificação, que é torná-los semelhantes a Cristo.

Versículos para fundamentação bíblica: Is 46.9-10; Sl 115.3; Ef 1.11; At 2.23; Jo 6.37,44; Rm 8.30; Ez 36.26-27; 2Co 5.17; Fp 1.6; Jo 10.28-29; Rm 8.29; 1Ts 4.3; 2Co 3.18.

¹⁴ Sistema soteriológico formulado por Jacó Armínio (1560–1609) e desenvolvido por seus seguidores na Remonstrância de 1610. Em oposição às Doutrinas da Graça, afirma: (1) depravação total mitigada pela graça preveniente; (2) eleição condicional baseada na presciência da fé; (3) expiação ilimitada, eficaz apenas para os crentes; (4) graça resistível; e (5) possibilidade da apostasia final, admitida como questão aberta.

¹⁵ Conjunto de ensinamentos teológicos no Sínodo de Dort (1618-1619 e posteriormente resumidos nos chamados "Cinco Pontos do Calvinismo", que afirmam a soberania de Deus na salvação. Esses pontos são: Depravação Total, Eleição Incondicional, Expiação Limitada, Graça Irresistível e Perseverança dos Santos.

3.2. O PACTO E A SALVAÇÃO

Para muitos, afirmar a soberania de Deus e a eleição enfraquece a mensagem e o chamado ao Evangelho. Pois, na visão desses, perde-se o poder apelativo da decisão pessoal. No entanto, o Evangelho não é um imprevisto de Deus, ou seu plano “b” após a queda, mas seu propósito eterno no Filho, pelo qual ele chama pecadores. Assim, faz parte do processo de receber novos membros instruir sobre Cristo, o Mediador, Senhor e Salvador do homem em seu estado de queda e condenação, acerca do arrependimento e da fé, bem como sobre a graça e a obra do Espírito Santo. Tudo isso é visto de forma clara no pacto da graça.

Podemos ver isso claramente no resumo de Woolsey (2015):

A Confissão introduziu a aliança da graça no contexto da queda do homem e de sua resultante incapacidade de obter vida por meio da aliança de obras. Deus se dignou a fazer essa segunda aliança, “geralmente chamada de aliança da graça”. Nessa aliança, ele ofereceu vida e salvação aos pecadores por Jesus Cristo. A exigência da parte do homem é a fé em Cristo. Mas a aliança também inclui a promessa de “dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.” Esta provisão é novamente enfatizada em diversos capítulos da Confissão: “Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele adquiriu [...] persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer”. E ainda “A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles”. (WOOLSEY, 2015, p. 54)

A aliança eterna, conforme descrita acima, envolve a eleição soberana dos escolhidos, na qual o Deus Trino providenciou tudo o que era necessário para salvá-los. Bavinck (2012) discorre acerca da relação desta com a aliança da graça:

No entanto, as duas diferem no fato de que, na eleição, os seres humanos são estritamente passivos, mas, na aliança da graça, desempenham um papel ativo. A eleição apenas e sem qualificação afirma quem são os eleitos e obterão infalivelmente a salvação; a aliança da graça descreve o caminho pelo qual essas pessoas eleitas chegarão a seu destino. A aliança da graça é o canal pelo qual a corrente da eleição flui para a eternidade. (BAVINCK, 2012, p. 235)

No entanto, surge a pergunta: como o homem é transferido de sua união com Adão para a união com Cristo? Se já foi estabelecido que os pecadores são salvos por meio da aliança da graça, resta compreender de que maneira os benefícios dessa aliança são comunicados a eles.

Conforme exposto, todo homem nasce como participante do pacto das obras. Todo o homem é juntamente com Adão “transgressores da aliança” (VENEMA, 2019, p.13). Mas não com o mesmo *status* de Adão, em possibilidade de escolha, mas escravo do pecado, devido à maldição da queda, que repousa sobre ele, pois “a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5.12). E agora a condição deles é “estando vós mortos nos vossos delitos e pecados” (Ef 2. 1b):

Sendo eles [Adão e Eva] o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária. (CFW VI.3)

Geerhardus Vos (2002) acerca da condição do homem após a queda assevera:

Todo ser humano já nasce com a culpa do primeiro pecado de Adão atribuída ou imputada a si. Devido a quebra do pacto das obras, todo ser humano vem à existência moral e espiritualmente morto, privado das ações doadoras da vida do Espírito Santo. (VOS, 2002, p.98)

John Stott (2001) detalha ainda mais a condição espiritual do homem, em sua condição natural após a queda:

A morte à qual Paulo se refere não é uma figura de linguagem, como na parábola do filho pródigo: “Este meu filho estava morto”. É uma declaração real da condição espiritual de todas as pessoas fora de Cristo. E sua origem é achada nos seus delitos e pecados. Estas duas palavras parecem ter sido cuidadosamente escolhidas para relatar de modo compreensivo o mal humano. Um delito (paraptōma) é um passo falso, que envolve ou a travessia de uma fronteira conhecida ou um desvio do caminho certo. Um pecado (hamartia), no entanto, significa mais um erro do alvo, deixando de chegar à altura de um padrão. Juntas, as duas palavras abrangem os aspectos positivo e negativo, ou ativo e passivo, do mau procedimento humano, ou seja, nossos pecados de comissão e de omissão. Diante de Deus somos tanto rebeldes quanto fracassados. Como resultado, estamos “mortos” ou “alheios à vida de Deus” (4:18). A vida verdadeira, pois, a vida eterna, é a comunhão com o Deus vivo, e a morte espiritual é a separação dele que o pecado inevitavelmente traz. (STOTT, 2001, p. 46)

A condição de morte do homem em Efésios 2.1 se soma à sua escravidão a carne, à sua suscetibilidade as coisas do mundo e aos ataques de Satanás (v. 2-4). Tal é a condição do homem, que a salvação é descrita como um transporte, do reino das trevas para a maravilhosa luz (1Pe 2.9). Mas de que forma isto se dá?

Partindo do ensino apresentado que Cristo cumpriu tudo quanto era necessário para a salvação dos perdidos em sua obediência ativa e passiva; e que toda a sua obra agiu em consumação às alianças anteriores; e que principalmente quanto à representatividade ele agiu como cabeça federal igualmente a Adão; passar-se-á a exposição da maneira como o homem pode participar da aliança da graça.

De forma simples e direta, a CFW afirma de que forma o pecador pode participar do pacto da graça:

O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer. (CFW XVII. 3)

Nesse trecho da confissão, podemos destacar que:

- O homem na sua condição de morte se tornou incapaz de cumprir o pacto das obras e receber as dádivas da aliança: a comunhão com Deus e todas as suas bênçãos pactuais;
- Deus, de forma livre e graciosa, firmou uma nova aliança, na qual seu Filho, cumprindo as condições da aliança das obras, e oferecendo-se em sacrifício, pode agora conceder perdão e justificação àqueles que se arrependem e creem nEle;
- Deus ordenou uns para a vida, o que remete novamente à eleição;
- Deus exige fé para a obtenção dos benefícios da obra de Cristo;
- Os pecadores mortos em seus pecados e inabilitados a crer necessitam ser regenerados pelo Espírito Santo para serem habilitados a crer.

Mais uma vez a CFW demonstra claramente a dinâmica da salvação, que tira os homens do pacto das obras para o pacto da graça:

A graça da **fé**, pela qual os **eleitos são habilitados a crer** para a salvação das suas almas, é a **obra que o Espírito de Cristo** faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo **ministério da palavra**; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida. **Por essa fé** o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, **crê** ser verdade tudo quanto nela é revelado, e **age** de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, **prestando obediência** aos mandamentos, **tremendo** às ameaças e **abraçando as promessas de Deus** para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são - **aceitar e receber a Cristo** e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça. (CFW XIV. 1-2, grifo nosso)

Consideremos brevemente a doutrina da regeneração. Quanto a esta matéria Mathison (2019) afirma:

Na teologia reformada, as pessoas são espiritualmente natimortas, nascidas mortas no pecado. Quando o Espírito Santo nos regenera, somos ‘nascidos de novo’. Somos ressuscitados espiritualmente e passamos a ser uma nova criação. Esse entendimento da regeneração está estritamente conectado a doutrina da depravação total. A regeneração se torna necessária por causa da profundidade da pecaminosidade humana. Se não estivéssemos mortos no pecado, mas apenas enfermos, não teríamos necessidade alguma de regeneração, somente de reabilitação. Porém, mortos precisam de vida, não de remédio. E vida nova é o que o Espírito Santo nos dá quando Ele nos regenera. (MATHISON, 2019, p. 95-96)

A regeneração é uma obra soberana efetuada por meio do Espírito Santo (Jo 3.8), compreende-se que ela é parte dos atos eletivos de Deus levados a realização no tempo (Rm 8.29-30). Deus chama eficazmente, pois ele mesmo os habilita para crer: “Os gentios, ouvindo isto, regozijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor, e **creram** todos os que haviam sido **destinados para a vida eterna.**” (Atos 13.48, grifo nosso).

Essa regeneração habilita o homem a ouvir a mensagem do Evangelho, a Palavra, de forma diferente ao seu estado de morte, ele realmente ouve e se importa com o estado da sua alma. Sendo assim, a Palavra é o instrumento (ordinário) da salvação (CFW XIV.1). Acerca deste elemento central podemos relembrar os seguintes textos:

“E disse-lhes: Ide por todo o mundo e **pregai o evangelho** a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado.” (Bíblia. Marcos, Capítulo 16, vers. 15-16 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

“pois fostes **regenerados** não de semente corruptível, mas de incorruptível, **mediante a palavra de Deus**, a qual vive e é permanente.” (Bíblia. 1 Pedro, Capítulo 1, vers. 23 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Como, porém, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados? Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas [...] E, assim, **a fé vem pela pregação**, e a pregação, pela palavra de Cristo. (Bíblia. Romanos, Capítulo 10, vers. 14-15, 17 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

A resposta devida a pregação é a fé. Ela é o instrumento pelo qual o homem recebe a salvação. Por isso, Paulo afirma:

“O justo viverá por fé” (Rm 1.17). E ainda: “Porque pela graça sois salvos, **mediante a fé**; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie.” (Ef 2.8-9, grifo nosso).

Hendriksen (1932) resume muito bem o quadro apresentado até aqui:

Uma aliança de Graça por certo, porque a Graça é o princípio e o fim, a fundação e a pedra angular, pois se trata de graça baseada em justiça. A graça é o motivo divino para o estabelecimento desta aliança; o Louvor e a Glória da Graça de Deus é a sua meta; o Senhor Jesus Cristo, o dom da graça de Deus é o Mediador desta aliança; e a Graça é também a mãe da fé por meio do que se realiza a promessa da Aliança. A Aliança da Graça não se baseia em um pacto do tipo meio-a-meio no qual Deus promete a salvação na suposição de que você por seus próprios meios entregará o teu coração. Conscientemente, você deve exercer a fé - Deus não crê por você - mas ainda essa fé é dom de Deus e aí está incluída a promessa da aliança (Ef 2.8). Na Aliança da Graça, Deus é tudo. Dá o que ele reivindica. (HENDRIKSEN, 1932, p.36).

APLICAÇÕES:

Compreende-se por tudo afirmado até aqui, que ao catecumeno, não basta ter uma compreensão correta das Escrituras, mas se requer uma fé genuína em Cristo. Ainda que nessa tarefa a igreja não seja infalível, ela deve ser diligente:

A igreja julga o cristianismo de uma pessoa com base no que ela professa crer e na vida que está vivendo. Com base nisso, a igreja admite uma pessoa entre os seus membros. Nos círculos presbiterianos isso, às vezes, é chamado de ‘profissão de fé confiável’. Por “profissão” queremos dizer “uma profissão inteligente de fé espiritual verdadeira em Cristo, que não é contraditada pela vida”. Por “confiável” queremos dizer “que pode ser crida como verdadeira” e não “que convence”. “Não é um julgamento positivo da sua conversão, mas determinar negativamente que não há razão para pronunciá-lo como não sendo um cristão”. Em nenhum ponto a igreja tem um conhecimento infalível do coração daquele que está buscando ser membro dela. (WATERS, 2018, p.35)

Assim, ainda que afirmamos que não podemos conhecer os decretos secretos do Senhor, cada cristão, e por conseguinte, cada pessoa que intenta fazer parte de uma igreja, deve buscar em sua experiência cristã o fruto da eleição: o arrependimento e a fé operadas pelo Espírito Santo.

Neste ponto também, dá-se a oportunidade de afirmar os importantes e centrais distintivos protestantes, chamados *Solas*. A centralidade de Cristo na aliança, como único Mediador entre Deus e os homens (*Solus Christus*); a graça disposta ao homem caído, morto em seus pecados, como única fonte para a salvação (*Sola Gratia*); a fé, e não as obras, pois o homem não pode obter justiça por si próprio para receber qualquer dádiva do Senhor (*Sola Fide*); e por fim, tanto as obras da Criação quanto da Redenção apontam para Deus como único digno de ser louvado (*Soli Deo Gloria*).

Versículos para fundamentação bíblica: Jo 14.6; 1Tm 2.5; Ef 2.1,8-9; Rm 3.28; Gl 2.16; Fp 3.9; Rm 5.1; Gl 3.11; Jo 3.16; Rm 11.5-6; Tt 3.5-7; Jo 1.16-17; Sl 115.1; Rm 11.36; Ap 4.11; Ap 5.12-13.

3.3. O PACTO, A IGREJA E OS SACRAMENTOS¹⁶

Deus sempre possuiu um povo, com quem estava em aliança, e este é apenas um. Bavinck (2012) de forma magistral sumariza a forma que isto se deu na história:

¹⁶ No seguinte tópico as aplicações estarão no corpo do texto, mas serão destacadas como aplicações.

Quando Adão caiu e se escondeu de Deus, o próprio Deus o procurou e chamou, anunciou-lhe a promessa do evangelho e, assim, começou sua igreja. Com Noé, ele estabeleceu sua aliança, comunicando por meio dela uma abundância de bênçãos e selou-a com o arco-íris. Ele chamou Abraão, de Ur dos caldeus, fez dele um participante de sua aliança e lhe deu o sinal da circuncisão. Na era patriarcal, as famílias eram as comunidades dos crentes e os pais eram os sacerdotes que transmitiam as promessas aos seus filhos e ofereciam sacrifícios de louvor e ação de graças a Deus. No Sinai, o povo de Israel não apenas recebeu a lei civil, mas também uma organização religiosa e se tomou manifesto - no sacerdócio e nos sacrifícios, no tabernáculo e no altar, uma ampla variedade de leis e mandamentos - como povo de Deus. Quando, no início do Novo Testamento, João Batista iniciou seu ministério, ele pregava o batismo de arrependimento para perdão de pecados e, assim, separou o povo de Deus do Israel pecaminoso. Jesus assimilou essa mensagem e esse batismo de João, posteriormente acrescentou a Ceia do Senhor, reuniu em torno de si uma [...] *ekklesia*, governou-a diretamente enquanto estava na terra e designou doze apóstolos, que, pouco tempo depois, agiriam como suas testemunhas. A instituição do apostolado é uma evidência especialmente forte do caráter institucional que Cristo deu à sua igreja sobre a terra. A doutrina da Igreja bem como dos Sacramentos ocupam lugar essencial na preparação de novos membros. Ainda que as doutrinas soteriológicas sejam a porta de entrada da igreja, as doutrinas eclesiológicas são como os bancos que nos assentamos e partilhamos da vida comunitária como povo de Deus. (Bavinck, 2012, p. 337)

O tema proposto na monografia já pressupõe que a matéria em análise (O lugar da Teologia do Pacto no recebimento de crentes egressos de outras comunidades evangélicas) têm como alvo pessoas com diferentes experiências religiosas, elevando a importância do tema em tela nesta seção.

O sistema teológico que está no espectro oposto ao aliancismo é o dispensacionalismo. Sendo que a separação entre Israel e a Igreja constitui o cerne desse sistema (MATHISON, 2019, p. 15). Essa distinção não apenas define de que forma, para os dispensacionalistas, Deus se relaciona de forma diferente com judeus e gentios, mas também como a aliança é administrada.

Noutro diapasão, a teologia pactual afirma que Deus tem um só povo, o qual se constitui da descendência de Abraão, o povo de Israel no Antigo Testamento, e desse povo emerge a Igreja neotestamentária formada por aqueles que creem em Cristo, constituída tanto de judeus quanto de gentios. Assim, serão expostos os fundamentos da eclesiologia pactual, bem como seus desdobramentos.

Podemos destacar em primeiro lugar a centralidade de Cristo, como cumprimento de todas as alianças feitas a Israel, que torna judeus e gentios um só povo nele (Ef 2.16).

Tanto o pacto com Adão (e toda a humanidade), quanto com Noé (e toda a criação), possuem um aspecto geral, mas a partir da aliança abraâmica, Deus separou um povo para si dentre os povos da terra. Todavia, ainda que esta aliança seja iniciada com um caráter exclusivista, a promessa também prevê sua abrangência de modo que na descendência de Abraão “serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12.3b). Mas ao longo de toda história

de Israel, apesar de alguns estrangeiros passarem a participar do povo da aliança (Ex.: Raabe e Rute), essa promessa cumpriu-se em Cristo, conforme exposto por Paulo em Gálatas: “Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti, serão abençoados todos os povos” (Bíblia. Gálatas, Capítulo 3, vers. 8 in Bible by Olive Tree)

Mathison (2019) resume de que forma a aliança abraâmica é cumprida em Cristo:

Aprendemos que, no sentido último, Jesus Cristo é a semente de Abraão (Gl 3:16, VB). Aprendemos que todos os que estão em Cristo também são semente de Abraão e coerdeiros das promessas feitas a esse (v. 29). Aprendemos que a promessa territorial foi expandida. Não mais inclui apenas o território que vai do Eufrates ao Egito. Ela agora inclui o mundo inteiro (Rm 4:13). Sendo coerdeiros com Cristo, não herdaremos só a Palestina; nós herdaremos a terra (Mt. 5:5). (MATHISON, 2019, p. 39)

Podemos destacar que as Escrituras profetizaram que os gentios seriam incluídos na aliança do Senhor, e que dessa forma, também seriam constituídos povo de Deus:

Naquele dia, levantarei o tabernáculo caído de Davi, repararei as suas brechas; e, levantando-o das suas ruínas, restaurá-lo-ei como fora nos dias da antiguidade; para que possuam o restante de Edom e todas as nações que são chamadas pelo meu nome, diz o SENHOR, que faz estas coisas. (Bíblia. Amós, Capítulo 9, vers. 11-12 in Bible by Olive Tree).

Especialmente em Isaías é demonstrado como a vinda do Messias seria bênção também para os gentios:

Nos últimos dias, acontecerá que o monte da casa do Senhor será estabelecido no cimo dos montes, e **todas as nações** afluirão para ele. Irão muitos povos e dirão: Vinde, subamos ao monte do Senhor, à casa do Deus de Jacó. [...] Naquele dia, recorrerão **à raiz de Jessé**, a qual estará posta por estandarte **dos povos**; **a ela recorrerão os gentios**, e o lugar do seu repouso será glorioso. [...] Eu, o Senhor, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão e te guardarei; e te farei mediador da aliança com o povo e **luz para os gentios**. [...] Disse mais: É muito pouco que sejas o meu servo para restaurares as tribos de Jacó e tornares a trazer os remanescentes de Israel; também te dei como **luz para os gentios**, para seres a minha salvação até aos confins da terra. [...] Quanto **aos estrangeiros** que se chegam ao Senhor... a estes levarei ao meu santo monte e os alegrarei na minha casa de oração; os seus holocaustos e os seus sacrifícios serão aceitos no meu altar, porque a minha casa será chamada casa de oração **para todos os povos**. (Bíblia. Isaías, Capítulo e vers. 2.2–3; 11.10; 42.6; 49.6; 56.6–7 in Bible by Olive Tree)

Nessa perspectiva, Cristo também é descrito como o centro unificador dos judeus com os gentios, os quais outrora estavam distantes e separados:

Vós, gentios na carne... estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos às alianças da promessa... Mas agora, em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, fostes aproximados pelo sangue de Cristo. Ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um... para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz... porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito. Assim, já não sois estrangeiros, mas concidadãos dos santos e sois da família de Deus... tendo Cristo Jesus como a pedra angular. (Bíblia. Efésios , Capítulo 2, vers. 11-22 in Bible by Olive Tree, destaques nosso)

É importante afirmar que essa inclusão não era indiscriminada, mas a inclusão no povo da aliança é por meio da fé, e assim seriam tidos como filhos de Abraão:

É o caso de Abraão, que creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça. Sabei, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão. Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti, serão abençoados todos os povos. De modo que os da fé são abençoados com o crente Abraão. (Bíblia. Gálatas, Capítulo 3, vers. 6-9 in Bible by Olive Tree).

As expressões ou os títulos pertencentes a Israel são agora também utilizados para descrever a Igreja, revelando sua unidade. Na tabela abaixo são expostos os paralelos:

TABELA 02 - EXPRESSÕES E TÍTULOS DE ISRAEL E IGREJA:

Expressão	Antigo Testamento	Novo Testamento
Povo de Deus	“Serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo.” – Lv 26.12	“Vós, que, em outro tempo, não éreis povo, mas agora sois povo de Deus.” – 1Pe 2.10 “Neles habitarei e entre eles andarei; serei o seu Deus, e eles serão o meu povo.” – 2Co 6.16
Sacerdócio real e Nação santa	“Vós me sereis reino sacerdotal e nação santa.” – Êx 19.6	“Vós sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus...” – 1Pe 2.9
Povo da Aliança	“Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti...” – Gn 17.7	“Esta é a nova aliança no meu sangue...” – Lc 22.20 “Ministros de uma nova aliança...” – 2Co 3.6
Israel de Deus	“Então, dirás a Faraó: Assim diz o Senhor: Israel é meu filho, meu primogênito.” – Êx 4.22 “Agora, pois, ouve, ó Jacó, servo meu, ó Israel, a quem escolhi. Assim diz o SENHOR, que te criou, e te formou desde o ventre, e que te ajuda: Não temas, ó Jacó,	“Pois nem a circuncisão é coisa alguma, nem a incircuncisão, mas o ser nova criatura. E, a todos quantos andarem de conformidade com esta regra, paz e misericórdia sejam sobre eles e sobre o Israel de Deus.” – Gl 6.15-16

	servo meu, ó amado, a quem escolhi.” – Isaías 44.1-2	
Descendência de Abraão	“Em ti serão benditas todas as famílias da terra.” – Gn 12.3 “Tua descendência será como as estrelas...” – Gn 15.5	“Se sois de Cristo, sois descendência de Abraão...” – Gl 3.29
Rebanho do Senhor	“Porque ele é o nosso Deus, e nós, povo do seu pasto e ovelhas da sua mão...” – Sl 95.7 “Nós somos... rebanho do seu pastoreio.” – Sl 100.3	“Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então, haverá um só rebanho e um só pastor.” – Jo 10.16 “Pastoreai o rebanho de Deus que há entre vós” – 1Pe 5.2

Outra analogia bíblica para descrever o povo de Deus e sua unidade é a da Oliveira:

se for santa a raiz, também os ramos o serão. Se, porém, alguns dos ramos foram quebrados, e tu, sendo oliveira brava, foste enxertado em meio deles e te tornaste participante da raiz e da seiva da oliveira, não te glories contra os ramos; porém, se te gloriasses, sabe que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz, a ti. Dirás, pois: Alguns ramos foram quebrados, para que eu fosse enxertado. Bem! Pela sua incredulidade, foram quebrados; tu, porém, mediante a fé, estás firme. Não te ensoberbeças, mas teme. Porque, se Deus não poupou os ramos naturais, também não te poupará. (Bíblia. Romanos, Capítulo 11, vers. 16-21 in Bible by Olive Tree)

Mathison (2019), analisando este texto, resume seu ensino quanto a unidade dos fieis do Antigo e Novo Testamento:

Observe que só há uma oliveira boa. No Antigo Testamento se compunha tanto de judeus incrédulos quanto de judeus crentes. Porém, agora os ramos ruins, os judeus que não creem, foram cortados, ficando apenas crentes (o verdadeiro Israel de Deus), entre os quais os fiéis gentios estão sendo ora enxertados naquela árvore. E se os judeus descrentes se arrependerem e crerem então serão também enxertados de volta na oliveira. (MATHISON, 2019, p.46)

Guy Waters (2018) completa essa tese afirmando:

Colocando de outra maneira, Deus, na sua providência, removeu os judeus incrédulos do seu povo e incluiu os gentios cristãos no seu povo. Ele não cortou uma árvore e plantou outra. Deus sempre teve um povo único para chamar de seu. (GUY WATERS, 2018, p. 26)

Outro aspecto cristocêntrico que une Israel e a Igreja são os sacramentos. Estes trazem consigo a continuidade do pacto, apesar de serem diferentes quanto à administração, não são em substância: “Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento.” (CFW XVII.5).

Quanto a sua natureza e propósito, mais uma vez a CFW nos orienta:

Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra. (CFW XXVII.1)

Vejamos o elemento de continuidade nos sacramentos:

A Páscoa foi usada por Cristo como plataforma pela qual Ele inaugurou a Ceia do Senhor, como a nova refeição pactual do povo de Deus, por isso mesmo Ele afirma: “Este é o cálice da **nova aliança** no meu sangue derramado em favor de vós.” (Lc 22.20).

Bavinck (2012) relaciona os dois eventos, Páscoa e Ceia do Senhor, frisando a continuidade entre elas:

Assim como a Páscoa e a antiga aliança estão relacionadas, assim também a Ceia e a nova aliança caminham juntas. O cálice, portanto, é ‘o meu sangue, o sangue da nova aliança’ ou ‘a nova aliança no meu sangue’, isto é, sangue pactual (Êx 24.8), que, como sangue sacrificial, é necessário e útil para o cumprimento da aliança com Deus; ou a própria aliança, que vem à existência porque esse sangue efetua e traz consigo o perdão de pecados e está fundamentado nessa realidade. Os discípulos estavam tristes, temiam a morte de Cristo e não o entendiam. Mas aqui, na instituição da Ceia, Jesus lhes explica que sua morte será proveitosa para eles. É por meio de sua morte que acontecem o perdão e a aliança que tinham sido prefigurados e preditos no Antigo Testamento. O tempo da promessa é passado; o tempo do cumprimento está começando. As coisas velhas se passaram e tudo se fez novo. (BAVINCK, 2012, p. 553-554)

Estabelecido de forma inequívoca que a Ceia foi estabelecida no lugar da Páscoa, vale também refletir como a mesa do Senhor distingue de forma visível, como afirmado na CFW, aqueles que fazem parte da igreja de Cristo dos que não fazem. Por conseguinte, a Ceia do Senhor pressupõe uma estrutura eclesiástica que orienta e regula a devida participação, bem como uma profissão de fé genuína em Cristo:

A primeira questão trata da obrigação dos comungantes e a segunda da obrigação da igreja e de seus ministros. À segunda questão, a resposta dada foi - e, segundo a Escritura, não podia ser diferente - que a igreja tem de impedir todos aqueles que, por seu falar e viver, apresentam-se como pessoas incrédulas e ímpias. A Ceia do Senhor é um bem da igreja dado por Cristo ao seu povo e deve, portanto, ser desfrutada somente pelos membros da família da fé. Os não batizados, incrédulos, hereges, cismáticos, pecadores públicos e excomungados são automaticamente excluídos por essa regra. (BAVINCK, 2012, p. 589)

Aplicação: Esses aspectos podem servir para ensinar os catecúmenos a importância da preparação para a membresia, bem como de entenderem acerca da autoridade da Igreja. Que inclui não apenas a recepção de novos membros para a participação na Ceia, mas também a manutenção desses cristãos à mesa. Portanto a autoridade da igreja lhes dá a responsabilidade de disciplinar seus membros, quando necessário os afastando da comunhão (CFW XXX - DAS CENSURAS ECLESIASTICAS).

A circuncisão, outro sinal pactual do Antigo Testamento, é sucedida na nova aliança pelo batismo, que preserva a mesma essência e revela a unidade da aliança. O próprio Cristo, o Mediador da Nova Aliança, participou dos dois sinais revelando a relação entre eles:

O fato da circuncisão de Jesus Cristo é de impressionante importância na apreciação do significado desse rito. Quando as glórias da nova aliança estão sendo introduzidas, as ‘coisas da antiga aliança não são precipitadamente descartadas’. Para redimir homens que estavam sob a lei, Deus enviou seu filho, nascido de uma mulher, nascido sob a lei (cf. Gl 4.4). Jesus foi concebido pelo Espírito Santo e não conheceu pecado. Todavia, ‘para cumprir toda justiça’ ele se submeteu aos ritos prescritos de purificação (cf Mt 3.15). Como um sinal de que ele voluntariamente estava tomando sobre si mesmo as obrigações do seu povo, Jesus submeteu-se, primeiro, à circuncisão e, depois, ao batismo de João. (ROBERTSON, 2002, p. 123)

A afirmação de Robertson evidencia que a nova ordem não descarta simplesmente a velha, mas a cumpre em Cristo, e assim abre caminho para uma nova administração a partir da antiga, de forma que a unidade do povo de Deus se mantém.

Assim, como a Páscoa dá lugar a Ceia, a Circuncisão dá lugar ao Batismo, de forma que na nova aliança, uma é equivalente a outra:

o símbolo da circuncisão de outrora encontra um significativo ponto de encontro com a essência da nova aliança. A purificação simbolizada em uma corresponde à realidade experimentada na outra. A circuncisão do Antigo Testamento relaciona-se significativamente com a purificação do Novo Testamento. (ROBERTSON, 2002, p. 125)

O apóstolo Paulo esclarece a correspondência entre circuncisão e batismo em sua carta aos colossenses:

Nele, também fostes circuncidados, não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo, tendo sido sepultados, juntamente com ele, no batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos. (Bíblia. Colossenses, Capítulo 2, vers. 11-12 in Bible by Olive Tree)

Ainda que o texto não esteja tratando da circuncisão física e do batismo com água, o paralelo entre os dois se mantém, conforme explica Waters (2018):

Paulo está falando sobre o batismo de água aí? Não. Paulo não está pensando primariamente no batismo físico da mesma maneira como não está pensando na circuncisão física em Colossenses 2. ‘Batismo’ é a maneira de Paulo falar sobre a mudança decisiva que Deus efetuou nos cristãos de tal modo que eles têm um relacionamento totalmente novo com o pecado e com a justiça: ‘No qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos’. Assim como a circuncisão espiritual tinha sua contraparte na circuncisão física, do mesmo modo podemos inferir que o batismo espiritual agora tem sua contraparte no batismo por água. Ou seja, antes a circuncisão servia como sinal e selo da regeneração do cristão do Antigo Testamento. Agora, o batismo serve como sinal e selo da regeneração do cristão do Novo Testamento. Temos a mesma graça representada por sinais diferentes. (WATERS, 2018, p.41-42)

Quanto a esta mudança no sinal, Bavinck afirma: “De acordo com Colossenses 2.11-12, essa circuncisão foi substituída pelo batismo.” (BAVINCK, 2012, p. 533)

No mesmo sentido concorda Sproul (2017): “Nesta passagem, Paulo fala da circuncisão não feita por mãos; vemos uma ligação direta entre a circuncisão do Antigo Testamento e o batismo no Novo Testamento.” (SPROUL, 2017, p. 409)

E assim conclui:

o sinal da nova aliança não é o batismo de João; é o batismo de Jesus. Jesus pegou o rito de purificação e o identificou não com Israel mas com sua nova aliança. Como resultado, o batismo substituiu a circuncisão como o sinal exterior de inclusão na comunidade da nova aliança. Aqueles que são batizados não são necessariamente salvos, mas têm a promessa de Deus de que todos os benefícios de Cristo são deles, se e quando crerem [...]. o sinal da nova aliança não é o batismo de João; é o batismo de Jesus. Jesus pegou o rito de purificação e o identificou não com Israel mas com sua nova aliança. Como resultado, o batismo substituiu a circuncisão como o sinal exterior de inclusão na comunidade da nova aliança. Aqueles que são batizados não são necessariamente salvos, mas têm a promessa de Deus de que todos os benefícios de Cristo são deles, se e quando crerem. (SPROUL, 2017, p. 408)

Por isso, o apóstolo Pedro, em Pentecoste, após expor o Evangelho, respondeu a multidão compungida, a qual indaga: “Que faremos, irmãos?”:

Respondeu-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo. **Pois para vós outros é a promessa, para vossos filhos** e para todos os que ainda estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus, chamar. Com muitas outras palavras deu testemunho e exortava-os, dizendo: Salvai-vos desta geração perversa. Então, os que lhe aceitaram a palavra foram batizados, havendo um acréscimo naquele dia de quase três mil pessoas. (Bíblia. Atos, Capítulo 2, vers. 38-41 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Perceba que o sinal da aliança é também oferecido aos filhos dos pais que recebem e creem na mensagem do Evangelho. Quanto a esta questão Bavinck (2012) exalta o batismo como tão eficiente quanto a circuncisão: “Se, porém, essa circuncisão como sinal da aliança pode e deve ser ministrada às crianças, o mesmo se aplica a fortiori ao batismo, que não é mais pobre, mas muito mais rico em graça.” (BAVINCK, 2012, p. 533)

Por conseguinte, a forma de Deus se relacionar com as famílias não muda na administração do Antigo para o Novo Testamento: “Como aconteceu no caso do Antigo Testamento, agora, também, os filhos dos crentes estão incluídos entre o povo de Deus.” (BAVINCK, 2012, p. 535).

Aplicação: Diante disso, é importante a afirmação que a Igreja Presbiteriana do Brasil não batiza crianças, simplesmente, como se o batismo fosse mera cerimônia supersticiosa de “bênção”, mas batiza os filhos dos crentes professos, pois estes, e apenas estes, são declarados nas Escrituras como “santos”¹⁷ (1Co 7.14).

¹⁷ O texto bíblico também cita o cônjuge incrédulo de um cônjuge crente como aqueles que estão sendo santificados. Kistemaker (2003, p.319) resume a diferença entre o progenitor (incrédulo) e o filho da seguinte forma: “qual é a diferença entre as palavras santificado e santo com respeito a essa família? Enquanto o cônjuge incrédulo é santificado pelo cônjuge crente, os filhos desse cônjuge gozam de um relacionamento pactual.”

Hendriksen (2012) é mais abrangente e cita outras provas que validam o batismo infantil:

O batismo é um sinal e um selo da entrada na Aliança da Graça também para os filhos dos crentes, como aprendemos em Atos 2:38, 39; os apóstolos que batizavam famílias inteiras, assim o criam (Atos 16:15, 33; 1Co 1:16); e depreende-se do fato de que estes filhos, assim como seus pais estão incluídos na aliança (Gen. 17:7; Sal. 103:17; Isa 59:21; Mar. 10:13, 14; Atos 2:38,39). (HENDRIKSEN, 1932, p. 12)

Assim, o povo da Antiga e da Nova Aliança estão unidos não apenas pela essência igual do selo, mas também por sua abrangência familiar pactual. Portanto, pode-se afirmar que tanto o israelita como seus filhos necessitavam não apenas da circuncisão da carne, mas também da circuncisão do coração (Dt 10.16; 30.6; Jr 4.4), assim igualmente os crentes e seus filhos devem não apenas receber o sinal da aliança na água do batismo, mas também o lavar renovador e regenerador do Espírito Santo (Tt 3.5). Ou seja, tanto o sinal quanto a coisa significada (BAVINCK, 2012, p. 507).

Aplicação: A partir disso, o catecumeno pode compreender o batismo infantil a partir de uma teologia mais ampla, o qual não é respondida de forma exaustiva apenas com o uso do Novo Testamento (normalmente onde os credobatistas restringem o debate), mas pode ser logicamente deduzida da Teologia da Aliança, tendo em vista que a forma de Deus se relacionar com seu povo não foi abruptamente alterada.

Tal assunto é portanto pactual, pois tanto a Ceia do Senhor, quanto o Batismo são compreendidos como sacramentos, selos visíveis de uma realidade invisível: “Em todo o sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.” (CFW XXVII. 2)

Seguindo a compreensão da Confissão, os sacramentos são elementos distintivos, eles separam aqueles que pertencem ao povo de Deus e os que não pertencem. Não há possibilidade de manter dois povos. Se a administração da graça de Deus está centrada em Cristo, e assim também os sacramentos deste pacto se administram em seu Nome, como Deus pode se relacionar fora de Cristo?

Aplicação: Depreende-se dessas afirmações a importância da membresia da igreja, pois a igreja deve fazer distinção de quem faz parte do seu corpo ou não, pois os benefícios do pacto não podem ser ministrados àqueles que não estão firmados em Cristo.

Quanto à participação nos sacramentos, Bavinck distingue a Ceia do Batismo:

A esse respeito, a Ceia do Senhor é distinta do batismo pelo fato de que o batismo é o sacramento de incorporação, enquanto a Ceia do Senhor é o sacramento de maturação na comunhão com Cristo. Pelo batismo, somos sepultados com Cristo em sua morte e ressuscitados em sua ressurreição, e somos, portanto, passivos, mas, na Ceia do Senhor, entramos em ação, comendo o corpo e bebendo o sangue de Cristo e somos, assim, alimentados pela comunhão com ele para a vida eterna. (BAVINCK, 2012, p. 585)

Esta compreensão é importante pois se por um lado alguns pais podem ter dificuldade em trazer seus filhos para o batismo, outros podem desejar que a partir do batismo seus filhos sejam participantes da mesa do Senhor, os quais devem ser orientados desta distinção. Ainda segundo Bavinck (2012, p.590-592), a Ceia do Senhor requer a capacidade de exame pessoal e uma consciente e ativa participação de quem recebe. O que necessariamente exclui as crianças.

Dessa forma, aos filhos dos crentes é devido o sacramento do batismo, pois fazem parte da aliança por meio dos seus pais, mas não apenas isso, tendo em vista a busca da futura profissão de fé destes e o compromisso diante do Senhor e da Igreja é devido também:

A eles são devidas orações, instrução e admoestação por parte dos outros membros da igreja. O que deve ser ensinado a esses filhos? Deve-se ensinar a eles que eles são pecadores à vista de Deus, que merecem a punição de Deus pelos seus pecados e que precisam da purificação do sangue de Cristo e da renovação do Espírito Santo. Deve-se ensinar a eles o padrão de mente e vida das Escrituras que é agradável ao Senhor. Deve-se ensinar a eles a voltarem-se para Cristo com fé e arrependimento e a viver uma vida que agrade a ele. (WATERS, 2002, p. 44)

Bavinck (2012) reforça esta perspectiva:

a regra da aliança é que a igreja deve nutrir seus membros jovens que nasceram como filhos da aliança e foram incorporados como membros pelo batismo, até que possam fazer uma profissão de fé pessoal independente e, com base nisso, serem admitidos à Ceia do Senhor. (BAVINCK, 2012, p. 592)

Essa se torna uma oportunidade para instrução dos pais quanto ao discipulado dos filhos, tendo em vista que tanto os pais quanto os filhos recebem tanto privilégios quanto responsabilidades (WATERS, 2002, p. 44).

A continuidade não é absoluta, pois também há descontinuidade. As Escrituras condenam apegar-se aquilo que já passou (no que se refere a símbolos e ritos), como se para ser um cristão, uma pessoa (no caso, um gentio) necessitasse primeiro se tornar um judeu. O legalismo dos judaizantes foi claramente condenado nas Escrituras neotestamentárias.

Paulo contrasta todo o período histórico antes da vinda de Cristo com a era da nova aliança. O período ‘antes que viesse a fé’ contrasta drasticamente com o tempo em que ‘a fé veio’ (Gl 3.23,25). A vinda de Cristo, e a sua consequente posição como objeto de fé, alterou todo o curso da História. Uma vez que Cristo veio, o relacionamento de Deus com o homem não pode mais voltar aos antigos moldes. (ROBERTSON, 2002, p. 51)

Não apenas os judaizantes se apagaram aos elementos externos do judaísmo, mas em Colossos, Paulo trata do que ficou conhecido como a “Heresia de Colossos” (HENDRIKSEN, 2019, p.29). A heresia de Colossenses era um sincretismo religioso que misturava judaísmo legalista, misticismo, filosofia pagã e ascetismo. Paulo combateu tal heresia com a suficiência de Cristo. A título de exemplo cito:

Cuidado que ninguém vos venha a enredar com sua **filosofia e vãs sutilezas**, conforme a **tradição dos homens**, conforme os **rudimentos do mundo** e não segundo **Cristo**; porquanto, **nele**, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade. [...] ¹ Ninguém, pois, vos julgue por causa de **comida e bebida**, ou **dia de festa**, ou **lua nova**, ou **sábados**, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém **o corpo é de Cristo**. Ninguém se faça árbitro contra vós outros, pretextando humildade e culto dos anjos, baseando-se em **visões**, enfatuado, sem motivo algum, na sua mente carnal, e não retendo **a cabeça**, da qual todo o corpo, suprido e bem vinculado por suas juntas e ligamentos, cresce o crescimento que procede de Deus. (Bíblia. Colossenses, Capítulo 2, vers. 8-9, 16-19 in Bible by Olive Tree, grifo nosso)

Outra literatura bíblica, a carta aos Hebreus, expôs o progresso da revelação e a centralidade de Cristo que dão fundamento à nova aliança, para lidar com a tentação dos crentes convertidos do judaísmo de voltar às práticas passadas, com o intuito de livrarem-se da perseguição no 1º século (PINTO, 2008, p. 489-490). O autor da carta trabalha com a seguinte linha de pensamento: Cristo é superior, por conseguinte a nova aliança é superior. À luz disso, encontrada cumprimento em Cristo, a forma e estrutura prática da fé judaica não pode mais se manter e devem dar lugar a nova forma de adoração centrada em Cristo.

Aplicação:

Esses exemplos demonstram como é necessário compreender a continuidade como a descontinuidade entre a Antiga e a Nova Aliança, haja vista, as inúmeras vertentes evangélicas que fazem uso de datas, símbolos e práticas veterotestamentárias indiscriminadamente. É um erro desprezar a teologia bíblica como a forma de compreender a vontade de Deus revelada na história, que orienta tanto a vida comunitária da igreja em suas práticas, quanto a compreensão e obediência aos mandamentos, à liturgia de culto, à organização e às funções dos oficiais da igreja, etc., pois são doutrinas que necessitam de uma teologia bíblica saudável.

Ainda muitos outros assuntos poderiam ser tratados neste tópico, mas a devida compreensão da teologia do pacto servirá como uma chave hermenêutica para qualquer outro assunto que surja durante a preparação de catecúmenos.

3.4. A VIDA SOB O PACTO

Muitos dos egressos de outras comunidades evangélicas, podem estar acostumados a uma compreensão mais fragmentada da história bíblica, e de uma dicotomia entre secular e sagrado, espiritual e mundano (CARVALHO, 2018, p. 112), por meio de categorias equivocadas. Portanto, a compreensão aliancista, nesse assunto, oferece uma leitura coerente e integradora da revelação de Deus, que desde o princípio visa que o homem honre a Deus, e serve como um meio de nortear a vida por meio de uma nova cosmovisão¹⁸, em que toda a vida é para a glória de Deus: “A vida total do participante da aliança divina encontra sempre sua ordenança mediante o vínculo pactual.” (ROBERTSON, 2002, p.66)

Portanto, nesse último tópico voltaremos ao princípio, a vontade de Deus revelada a Adão e Eva na Criação. Esta não se restringiu apenas ao aspecto negativo — o que ele não deveria fazer, chamado Pacto das Obras¹⁹ — mas também a aspectos positivos, aquilo que o homem deveria desempenhar, como imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26-27). Deus é o Rei Soberano e o homem seu vice regente. Esse vínculo especial também requererá do homem que cumpra as mais altas responsabilidades: “Deus, tendo estabelecido o pacto, que é o vínculo de vida e amor, exigiu que a humanidade respondesse de uma maneira viva, amorosa, dinâmica e fiel.” (GRONINGEN, 2002, p.90)

Quanto a aliança de Deus com o homem na Criação, Robertson (2002) clareia esta distinção:

O vínculo da criação entre Deus e o homem pode ser discutido em termos do seu aspecto geral e do seu aspecto focal. O aspecto geral da aliança da criação relaciona-se com as responsabilidades mais amplas do homem para com o seu Criador. O aspecto focal da aliança da criação relaciona-se com a responsabilidade mais específica do homem decorrente do momento especial de prova ou teste instituído por Deus. (ROBERTSON, 2002, p. 54)

Na criação, Deus fala e tudo vem à existência, mas ao mesmo tempo que cria, Deus também organiza e separa (GRONINGEN, 2002, p.48-49). Aquilo que é criado também recebe função, todas as coisas criadas cumprem um propósito no plano eterno de Deus: “Deus, como Senhor Criador, ao separar e organizar o cosmos, deu papéis ou funções para cada aspecto constituinte.” (GRONINGEN, 2002, p.51) Isso não é diferente para o homem:

¹⁸ Termo de origem alemã “*weltanschauung*” que significa “modo de olhar o mundo” (CHAVEIRO, 2023, p. 47)

¹⁹ Tendo essa aliança sido explicada nos tópicos anteriores, ela não será apresentada aqui.

“O ser humano, como parte da criação, tem a responsabilidade de obedecer às ordenanças embutidas na estrutura da criação.” (ROBERTSON, 2002, p.56)

Essas funções do homem, são conhecidas como mandatos ou ordenanças (ROBERTSON, 2002, p.56; GRONINGEN, 2002, p.90; BAVINCK, 2012, p. 587). Três são elas: cultural, social e espiritual. Esses mandatos, dados antes da Queda, fundamentam o propósito original de Deus para a humanidade e moldam a estrutura da vida que o homem deve viver.

Vejamos três autores que descrevem os mandatos e suas respectivas áreas da vida:

As três ordenanças gerais estão ligadas aos temas do (a) trabalho, (b) casamento e (c) descanso sabático. Por causa desses três deveres decorrentes do Pacto da Criação, todos os seres humanos possuem responsabilidades que interferem nos diversos aspectos da vida, tais como economia, ecologia, política, arte, sociedade, família, educação, etc. (CARVALHO, 2018, p.109)

Estes são o espiritual, enfatizando o relacionamento com Deus Yahweh; o social, enfatizando o relacionamento com a humanidade (casamento, família, lar, comunidade); e o cultural, enfatizando o relacionamento da humanidade com todos os aspectos do cosmos criado. (GRONINGEN, 2002, p.13-14)

Três ordenanças, inerentes nas disposições criacionais de Deus, merecem atenção particular. São elas: o sábado, o casamento e o trabalho. Cada uma dessas três ordenanças da criação permanece como princípio inviolável, inerente à estrutura do mundo como Deus o ordenou. (ROBERTSON, 2002, p. 56)

Desse modo, a aliança da criação revela uma oportunidade valiosa para ir do catecúmeno, etapa inicial da fé, para um discipulado que transforma todas as áreas da vida. O próprio Cristo ao enviar os discípulos afirma que eles devem não apenas pregar e batizar, como também ensinar a guardar tudo quanto ele ordenou (Mt 28.19). O Evangelho é sobre toda a vida.

Vejamos cada parte desses três aspectos da vida constituídos na criação:

3.4.1. Mandato Cultural

O mandato cultural é claramente descrito em Gênesis 1.28: sujeitai-a [a terra]; dominai [sobre as outras criaturas]. O homem também deveria “cultivar e o guardar” (Gn 2.15) o jardim.

Essa ordenança é sobre aquilo que denominamos trabalho, o homem como vice-regente tem uma vocação a desenvolver: “revelar toda a potencialidade dentro da criação que possa oferecer glória a Deus.” (ROBERTSON, 2002, p. 65). Esse desenvolvimento pode

claramente ser visto hoje em todas as áreas de desenvolvimentos de trabalho, cultura e produção humana:

Esse domínio do homem deveria cuidar, guardar e desfrutar da criação e suas relações com o próximo. Uma cultura teocêntrica deveria ser desenvolvida. A arte, a música, a educação, a política, o trabalho em geral, o lazer, a tecnologia, a indústria, a poesia, as matérias de exatas e de humanas e todo o resto deveria refletir a glória do Criador. Por isso, o mandato espiritual é aquele que serve para guiar o cultural e o social. (CHAVEIRO, 2023, p.38)²⁰

A capacidade do homem de desempenhar estas tarefas, desde a forma primitiva passada a era presente, tecnológica e de grande avanço científico, possuem dois aspectos no texto bíblico: Deus fez o homem sua imagem e semelhança e também o abençoou (Gn 1.26-28). O próprio Deus é trabalhador, pois a própria criação, como narrada em Gênesis, é uma obra que acontece em uma semana regular de trabalho (KELLER, 2014, p.47). O homem ao exercer sua vocação reflete o Senhor.

Sendo assim, o crente é chamado a dignificar o trabalho, e não compreendê-lo como um empecilho que nos afasta das coisas de fato “espirituais”. Keller nos dá uma visão mais bíblica do trabalho:

No princípio, então, Deus trabalhou. O trabalho não é um mal necessário que adentrou o cenário mais tarde ou algo que fora criado para os seres humanos fazerem, mas que estava abaixo da dignidade do poderoso Deus. Não. Deus trabalhou por puro prazer e alegria. O trabalho não poderia ter tido um início mais glorioso. (KELLER, 2014, p.48)

No Antigo Testamento, dentre outras inúmeras referências, podemos destacar a inclusão de trabalho e descanso nos dez mandamentos: “Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra” (Êx 20.9), qual imita o padrão de Deus. Ao mesmo tempo que o furto e a cobiça são condenados e proibidos (Êx 20.15,17).

No Novo Testamento, o discipulado cristão inclui auxiliar os cristãos a exercerem sua vida como uma oferta a Deus (Rm 12.1-2). Essa oferta da vida certamente inclui ter uma nova compreensão quanto ao labor. Podemos constatar isso nas cartas apostólicas, tanto Paulo (Ef 4.28, 5.5-9; Cl 3.22-4.1; 1Ts 4.11-12; 2Ts 3.10-12), quanto Tiago (Tg 5.4) e Pedro (1Pe 2.18-20, 4.10-11) estimulam, orientam e exortam que os cristãos sejam trabalhadores diligentes, honestos, generosos e justos para que por meio do seu trabalho sirvam ao Senhor.

Certamente não se pode ignorar que o labor do homem foi dificultado por meio da maldição após a queda, mas ele não é mau em si, pelo contrário, ainda que seja exercido agora

20

Disponível em:
<<https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/b5a6090c-5574-4251-b577-bb5926cf5ed4/content>>
Acesso em: 22/04/2025.

com o “suor do rosto” pode e deve ser redimido em Cristo, quando unidos novamente ao Pai pelo Filho, tudo é para a sua glória.

3.4.2. Mandato Social

Ainda em Gênesis 1.28a, a Escritura afirma: “E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra.” Este mandato é chamado social devido à sua ordem que o homem e a mulher se unam sexualmente, formem uma família (multipliquem-se), que darão origens a outras, quando novos casais se apartam de seus pais (Gn 2.24), assim enchendo a terra: “Este mandato provê a base divinamente ordenada para o casamento, para a família restrita e a família extensiva — os clãs, as nações e a comunidade da humanidade de todo o mundo.” (GRONINGEN, 2002, p. 91)

Tal propósito fez com que o Senhor desse no relato da Criação atenção especial a criação da mulher, pois antes de ser formada foi declarado que “não é bom que o homem esteja só”, e assim seu papel é descrito como “uma auxiliadora que lhe seja idônea” Gn 2.18 (ROBERTSON, 2002). Auxiliar de forma alguma torna a mulher inferior, como bem descreve Waltke:

A palavra auxiliar pressupõe que o homem tem prioridade governamental, porém ambos os sexos são mutuamente dependentes. O homem é criado primeiro, com a mulher a auxiliar o homem, não vice-versa (ver também 1Tm 2.13); contudo, isso não significa superioridade ou inferioridade ontológica. A palavra auxiliadora, usada por Deus dezesseis das dezenove vezes que aparecem no Antigo Testamento, significa a contribuição essencial da mulher, não inadequação. (WALTKE, 2010, p.104)

Assim, desde a criação o papel do homem e da mulher foi distinguido, sendo o homem o cabeça da mulher, e a mulher auxiliadora, mas esta é idônea “igual e adequada” (WALTKE, 2010, p. 104). Essa verdade é relembraada em outros lugares da Escritura:

As mulheres devem ser submissas ao seu marido como ao Senhor... pois ele é o cabeça da mulher, como Cristo é o cabeça da igreja... E os maridos devem amar sua esposa como Cristo amou a igreja, entregando-se por ela, para santificá-la... Assim, cada um deve amar sua esposa como a si mesmo, e a esposa deve respeitar o seu marido. (Bíblia. Efésios, Capítulo 5, vers. 22-25,28,33b in Bible by Olive Tree)

Robertson (2002, p. 63-64) destaca que o fato de Deus criar homem e mulher como complementares biologicamente, uni-los como dois que se tornam um, e dar um lugar de destaque ao casamento (segundo Cristo, um laço inviolável que ninguém deveria desfazer), denuncia com gravidade os pecados da homossexualidade, poligamia, adultério e divórcio. O casamento deve ser dignificado: “Digno de honra entre todos seja o matrimônio, bem como o leito sem mácula; porque Deus julgará os impuros e adúlteros.” (Hb 3.4)

O casamento existe não apenas para intimidade e relação sexual, mas como salientado anteriormente, para que este seja frutífero e encha a terra. O significado de encher a terra, não é meramente preencher o mundo de habitantes, possui um elemento mais nobre:

O mandato de Gn 1.28 não deveria ser isolado do seu contexto cômico, onde cada elemento da criação, inclusive o homem são chamados para a adoração. Se levarmos isso em consideração, a procriação (multiplicai-vos) e a expansão (enchei a terra) visavam a ampliação do alcance da adoração até os confins da criação. A consumação da missão de Deus é descrita pelo profeta, ‘a terra se encherá do conhecimento da glória do SENHOR, como as águas cobrem o mar’ (Habacuque 2.14). (CHUNG, 2019, p. 36)

Esse entendimento pode ser associado à compreensão anteriormente exposta de que Deus se relaciona pactualmente com as famílias. Em vista disso, o povo de Israel foi instruído a perpetuar o conhecimento do Senhor: “Uma geração louvará a outra geração as tuas obras e anunciará os teus poderosos feitos.” (Sl 145.4)

Assim, ter filhos é mais do que reproduzir, é tê-los como uma missão (2Tm 2.15):

O plano de Deus não mudou — cada um de nós que se encontra sob a aliança de um matrimônio, assim como Adão e Eva, é chamado à fecundidade em um mundo morto. E mais do que isso: a nós, cristãos, o chamado não é somente para multiplicação física, mas também espiritual. Quando temos filhos, nós os temos para Deus. Nosso objetivo como pais é cumprir não somente o Mandato Cultural, “Multiplicai-vos”, mas também a Grande Comissão, “Fazei discípulos”. (WALSH, 2024, p. 136)

No livro de Deuteronômio, a confissão judaica do *Shemá* é acompanhada da orientação para que os preceitos do Senhor sejam ensinados no contexto familiar:

Ouve, Israel: o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor... Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força... Estas palavras que hoje te ordeno estarão no teu coração; tu as inculcarás a teus filhos... e delas falarás assentado em tua casa, andando pelo caminho, ao deitar-te e ao levantar-te. (Bíblia. Efésios, Capítulo 5, vers. 22-25,28,33b in Bible by Olive Tree)

Igualmente no Novo Testamento, as instruções quanto à família são abundantes (Ef 6.1-4; Cl 3.18-21; 1Tm 5.14; 1Pe 3.1-7) mostrando como os apóstolos disciplinaram também as famílias para que cumprissem o seu papel buscar a glória do Senhor no lar.

3.4.3. Mandato Espiritual

A dinâmica de vida estruturada na criação não previa apenas que o homem obedecesse a Deus quanto a exercer a vocação de mordomo da criação, dominando e sujeitando a terra para sua própria subsistência, e vivesse a vida conjugal com vistas a formar uma prole e viver em família, que divididas constituem uma sociedade de pessoas a imagem de Deus, mas também e principalmente, que o homem reconhecesse a Deus como Senhor de todas as coisas, Criador e Rei, e lhe desse louvor e se alegrasse na mais alta comunhão em sua

presença. Isso é destacado no sétimo dia ao Deus abençoá-lo e santificá-lo (Gn 2.1-3). Mais uma vez podemos compreender o desígnio de Deus na criação pela função que ele atribui ao que foi criado:

Quanto o pressuposto dominante na interpretação de Gn 1 é entendido apenas como trazer as coisas à existência, o sétimo dia se tornaria nulo porque efetivamente nada foi criado nesse dia. Contudo se entendermos que a obra da criação também se trata de atribuir funções a cada um dos sete dias, o sétimo dia ganha um destaque especial na narrativa com a convergência de todos os elementos criados e de suas funções trazidas para a sua finalidade teleológica: adorar e glorificar a Deus. (CHUNG, 2019, p. 40)

Portanto, o homem, em um aspecto negativo, deveria viver sob os limites que Deus criou, os quais se encontravam em não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, mas também trabalhar e cessar sua obra à semelhança do Criador, podendo assim, em um aspecto positivo, se deleitar com tudo quanto havia no jardim (toda árvore, com apenas uma exceção), mas também descansar em deleite à semelhança do Criador.

Este terceiro mandato pode ser chamado do mandato da comunhão. A comunhão deveria ser exercida no andar com Deus diariamente, conversar intimamente com ele e expressar amor, honra, devoção e louvor enquanto se fosse enfrentando os desafios e privilégios de cada dia. A cada Sétimo dia, esta comunhão deveria ser expressa da maneira mais completa e rica possível. (GRONINGEN, 2002, p. 92)

O sétimo dia é uma lei moral embutida na Criação (BAVINCK, 2012, p. 585), e assim perpassa toda a Escritura, tornando-se um tema preponderante em toda a história bíblica. Podemos reforçar tal compreensão, entendendo seu lugar na doutrina, tanto na Criação, quanto no Decálogo, no decurso da história de Israel em posse da terra, no trato do tema nos Evangelhos, seus desdobramentos para o Dia do Senhor após a ressurreição de Cristo, e a promessa de descanso eterno em Hebreus. Esse trabalho, não tem como objetivo adentrar em cada nuance do tema, mas tendo em vista a abrangência de aplicações para a vida cristã, alguns pontos serão destacados quanto a doutrina do sétimo dia, e suas aplicações:

- Tudo pertence ao Senhor, pois ele impõe limites ao homem, tanto por meio da árvore do conhecimento do bem e do mal, quanto por meio do sábado, assim, o homem é mordomo, vice-regente, em grande estado de bênção, mas não dono e senhor de si mesmo. Deus é o Criador, o homem, criatura. (WALTKE, 2010, p. 84; ROBERTSON, 2002, p.68).
 - Ao invés de uma visão fragmentada da vida, o cristão é chamado para render toda a sua vida ao Senhor, vivendo nos limites que Ele estabeleceu. Assim, profissão, casamento, paternidade, vida comunitária, cidadania, misericórdia, etc., são todas ordenadas e iluminadas pelo conhecimento bíblico. Ainda que o crente não viva

“debaixo da lei, e sim da graça” (Rm 6.14), não há parte da vida sem prescrição e sabedoria bíblica. Agora, em Cristo, Senhor e Salvador de nossas vidas, a vida na graça nos faz andar em toda boa obra (Ef 2.10). O catecumeno não deve reduzir a vida cristã sob o aspecto da restrição ou liberalidade, mas da mordomia, da liberdade para o serviço, dos privilégios em responsabilidade.

- O homem não deve sujeitar a criação de forma a degradá-la ou exauri-la, a terra, assim também como servos e animais (posteriormente incluídos no decálogo) devem ser respeitados. (ROBERTSON, 2002, p.57; WALTKE, 2010, p. 84; CHUNG, 2019, p.36).
 - O homem como mordomo deve estabelecer uma relação justa com toda a criação. Em um mundo que ser predatório parece ser a única forma de alcançar sucesso, o cristão confia que Deus o agraciará na honesta administração dos bens e na generosidade.
- Todo esforço só pode ser levado a consumação pelo Senhor, por mais que o homem se esforce nos seus deveres materiais e relacionais, é este mandato que dá base aos outros. O homem depende de Deus, o Salmo 127 descreve os aspectos anteriores (trabalho, família e sociedade) como bênçãos provenientes do Senhor (WALTKE, 2010, p.84; CHAVEIRO, 2023, p. 37);
 - O cristão é chamado ao descanso como uma forma prática de confiança e obediência ao Senhor. É ele quem dá o “pão nosso de cada dia” (Mt 6.11), nos chama ao contentamento (Hb 13.5; Fp 4.11-13) e a confiar em seu cuidado paternal e governo providencial sobre todas as coisas (Mt 6.25-34), bem como a buscar o reino de Deus em primeiro lugar (Mt 6.34).
- A Escritura liga o sétimo dia tanto a Criação (Êx 20.8-11) quanto à Redenção (Dt 5.12-15). Agora, que nossa redenção e descanso está em Cristo (Cl 2.13-17; Mt 11.28; Hb 1-11), pois nele fomos livres da escravidão do pecado, do mundo e de Satanás, seguimos a guardar os dez mandamentos, santificando o primeiro dia, Dia do Senhor (o 20.1, 19-23; At 20.7; 1Co 16.2; Ap 1.10). E assim como Israel, no sábado, relembra sua relação pactual com o Senhor pela obra da redenção no Egito, nós crentes, no domingo, celebramos nossa relação pactual com o Senhor, pela obra da cruz e da ressurreição de Cristo. Agora o cristão vive sob a esperança do descanso eterno, garantido por essa

obra do Mediador da Aliança. (WALTKE, 2010, p.84; CFW XXI, 7; ROBERTSON, 2002, p. 57, 60)

- O chamado do crente ao descanso e observação do Dia do Senhor é duplo, ele tanto reconhece a Deus como Criador e Sustentador de todas as coisas, quanto Redentor e Senhor, que o livrou da escravidão do pecado pela vitória sobre a morte no primeiro dia. No Dia do Senhor, o cristão cessa suas obras, e confia que o Senhor o sustentará, bem como se deleita em tudo quanto o Senhor criou e proveu, bem como o adora por suas dádivas, e em maior gratidão reconhece e adora Aquele que o salvou, Cristo, por meio do qual ele participa da nova criação.

Aplicações:

Certamente com a queda todos estes deveres foram comprometidos, encontrando barreiras próprias, as tarefas requeridas do homem e da mulher foram amaldiçoadas (Gn 3.14-19). Mas não podemos afirmar que estes propósitos foram colocados de lado, pelo contrário:

O mesmo capítulo que narra a queda promete o Redentor. Por meio do Pacto da Graça, Deus atuará para salvar parte da humanidade, os que fazem parte da ‘semente da mulher’. O propósito de comunhão do Pacto da Criação, suas três ordenanças gerais (família, trabalho e descanso sabático), ainda fazem parte das responsabilidades humanas por causa da imago Dei. Os objetivos do Pacto da Criação e do Pacto da Graça são correspondentes, pois “mediante a redenção, os propósitos originais da criação são atingidos – ou mesmo superado”. (CARVALHO, 2018, p.110)

Assim, o que mais distancia o homem de alcançar o propósito para o qual foi criado é a sua condição de culpa sob o pecado, pois ele em suas obras não visa mais a glória de Deus, senão sua própria glória e subsistência. Portanto, a condição *sine qua non* para o cumprimento dos Mandatos Culturais dados na Criação é receber a graça da Nova Aliança pela fé em Cristo, como exposto anteriormente. Dessa forma, toda a discussão desse tópico, pode ser encaixada também na doutrina da santificação. Aqueles que foram alcançados pela graça, caminham a cada dia para se tornar aquilo que é o intento do Senhor desde a criação: “vos revistais do novo homem, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade.” (Ef 4.24). Ainda mais abrangente é o chamado do Evangelho que visa levar o cristão ao “pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo.” (Ef 4.13).

Conclui-se, portanto, que os deveres comuns da vida, quando vividos em piedade, não apenas refletem uma ética cristã, mas revelam o próprio *telos* que o Senhor estabeleceu

para a existência humana. À luz da teologia do pacto, especialmente do pacto da criação, compreende-se que Deus ordenou todas as esferas da vida para serem vividas diante d'Ele, em uma resposta de amor, obediência e adoração. Assim, a aliança da criação oferece ao cristão uma nova cosmovisão, uma maneira renovada de enxergar o mundo, o trabalho, a família, a cultura e as relações humanas como expressões de sua fé. Essa perspectiva redime o cotidiano, pois reconhece que não há área neutra, não há divisão entre sagrado e secular: tudo pertence ao Senhor e tudo pode ser vivido para a Sua glória (1Co 10.31).

Desse modo, o crente, e oportunamente este, advindo de outras comunidades evangélicas, é convidado a reencontrar no pacto um fundamento sólido para integrar fé e vida, redescobrimdo a beleza de uma existência inteira diante de Deus (*Coram Deo*). Pode-se frisar que a missão da igreja é o discipulado, que não pode ser restringido ao catecumeno, mas que ocupa toda a carreira cristã e todas as áreas da vida. A profissão de fé é apenas a recepção destes irmãos no corpo, na qual a igreja se compromete e o novo membro se abre, para caminhar juntos em oração, presença, obediência, sustento e auxílio mútuo na fé.

CONCLUSÃO

Diante do renovado interesse pela fé reformada, especialmente entre crentes egressos de outras denominações evangélicas, esta monografia buscou refletir sobre a Teologia da Aliança como fundamento para a devida preparação e acolhimento desses irmãos. O trabalho investigou como a Teologia do Pacto oferece não apenas uma chave hermenêutica para a interpretação bíblica, mas também uma estrutura doutrinária sólida que fundamenta a identidade e as práticas da IPB. Partindo do fenômeno migratório contemporâneo, analisado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, a monografia demonstrou como a Confissão de Fé de Westminster e o Manual Presbiteriano orientam a recepção de novos membros, e como a Teologia do Pacto se revela como eixo unificador e pedagógico na formação de crentes egressos de outras denominações, oferecendo-lhes um catecumenato rico para que com convicção doutrinária se tornem membros de uma igreja presbiteriana.

Tendo em vista o trabalho desempenhado até aqui, conclui-se que a Teologia da Aliança é imprescindível para a formação de novos membros egressos de outras comunidades evangélicas. Dois motivos principais podem ser destacados:

Primeiro, a Igreja Presbiteriana do Brasil, conforme afirma o Manual Presbiteriano, é signatária da Confissão de Fé de Westminster, sendo esta estritamente aliancista, nada mais natural que a Igreja se ocupe a ensinar o sistema teológico que rege sua Confissão e assim justifica suas práticas eclesiais bíblicamente. A igreja que preza pela confessionalidade dará bastante atenção a este tópico, e preparará seus membros para confessar, se guiar e se deleitar na teologia da aliança, mantendo em sua membresia uma coesão doutrinária saudável.

Segundo, a Teologia da Aliança é um sistema teológico organizador (não de sobreposição) da estrutura/enredo bíblico, de modo que boa parte das dúvidas e estranhamentos apontados na pesquisa podem ser explicados por ela. Ou seja, tanto a confessionalidade quanto a praticidade se unem, e colocam a Teologia da Aliança em alta conta e utilidade para a igreja em sua tarefa de preparar novos membros.

Portanto, o anseio é que a presente monografia tenha esclarecido e demonstrado a riqueza, coesão teológica e utilidade que a Teologia do Pacto tem para esse processo natural da Igreja, preparar membros para a profissão de fé.

BIBLIOGRAFIA

MATERIAL IMPRESSO:

BAVINCK, Herman. **Dogmática reformada - O pecado e a salvação em Cristo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012

BUENO, Marcelo *et al.* **O legado de Calvino: a influência calvinista na teoria e na prática humanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

CALVINO, João. **A Instituição da Religião Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

CHUNG, Chun Kwang. **Os fundamentos da missão em Gênesis 1-11**. São Paulo: Missiológica, 2019.

CRAMPTON, W. Gary. **Cristo, o Mediador: um estudo da cristologia de Westminster**. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2014.

CURTIS, A. Kenneth; LANG, J. Stephen; PETERSEN, Randy. **Os 100 Acontecimentos Mais Importantes da História do Cristianismo**. São Paulo: Vida, 2003.

DIXHOORN, Chad Van. **Guia de estudos da Confissão de Fé de Westminster**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

GONZÁLEZ, Justo L. **História ilustrada do cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa**. São Paulo: Vida Nova, 2011.

GRONINGEN, Gerard Van. **Criação e Consumação**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

GRONINGEN, Gerard Van. **O progresso da revelação no Antigo Testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

HODGE, A. A. **Confissão de Fé de Westminster - Comentada por A. A. Hodge**. São Paulo: Editora Os Puritanos, 1999.

HORTON, Michael. **O Deus da promessa**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010.

KELLER, Tim. **Como integrar fé e trabalho: nossa profissão a serviço do reino de Deus**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KISTEMAKER, Simon J. **Comentário do Novo Testamento - Exposição da Primeira Epístola aos Coríntios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2023.

- Manual presbiteriano / Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.
- Manual presbiteriano / Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2024.
- MARRA, Cláudio *et al.* **Manual Presbiteriano com notas remissivas**. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.
- PINTO, Carlos Osvaldo Cardoso. **Foco e Desenvolvimento no Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2008.
- ROBERTSON, O. Palmer. **Cristo dos Pactos**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2011.
- SPROUL, R. C. **Somos todos teólogos: Uma introdução à teologia sistemática**. São Paulo: Editora Fiel, 2017.
- STOTT, John. **A mensagem de Efésios: a nova sociedade de Deus**. São Paulo: ABU Editora, 2001.
- TENNEY, Merrill C. **Enciclopédia da Bíblia Cultura Cristão - Volume 02**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- VENEMA, Cornelis P. **Cristo e a teologia do Pacto**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2019.
- VOS, Geerhardus. **Teologia bíblica do Antigo e Novo Testamento**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- VOS, Johannes Geerhardus. **O Catecismo Maior de Westminster**. São Paulo: Editora Os Puritanos, 2007.
- VOS, Johannes Geerhardus. **Teologia Bíblica Antigo e Novo Testamentos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- WALSH, Francine. **Ela a imagem dele: A imagem feminina a luz do caráter de Deus**. Fortaleza, CE: Dois Dedos de Teologia, 2022.
- WALTKE, Bruce K. **Comentário do Antigo Testamento: Gênesis**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- WILLIAMSON, Paul R. **Selado com juramento: o compromisso pactual no desenrolar do propósito divino**. São Paulo: Cultura Cristã, 2018.
- WISTUS, Herman. **As alianças de Deus com o homem**. Natal, RN: Editora Nadere Reformatie, 2023.

WOOLSEY, Andrew A. **Unidade e continuidade na teologia da aliança**. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

MATERIAL VIRTUAL:

BAVINCK, Herman. Disponível em: https://www.monergismo.com/textos/providencia/providencia_bavinck.htm Acesso em 04/04/25.

BIEMA, David Van. **10 Ideas Changing the World Right Now.** Disponível em: https://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1884779_1884782_1884760,00.html Acesso em: 16/09/24

CARVALHO, Flávio Américo Dantas. **Existirmos: Nossa existência à luz do Pacto da Criação.** FIDES REFORMATATA XXIII. Nº 2 (2018): 93-114. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/fides-reformatata/fides-reformatada-2019-2017/fides-reformatata-23-n2> Acesso em: 21/04/2025.

CHAVEIRO, Márcio William. **Os mandatos da aliança em Gênesis 1-2 como fundamentos da cosmovisão bíblica.** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2023. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/fe1e8d88-57ab-45a6-90e4-91c3210ace6d> Acesso em 22/04/2025.

Confissão de Fé de Westminster, 1649. Disponível em: <https://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm> Acesso em: 11/10/2024.

DANIEL, Silas. **Em defesa do Arminianismo: Uma análise sobre a recente ascensão do Calvinismo no Brasil e uma exposição do que ensina, de fato, o Arminianismo.** In: Revista Obreiro, nº 68, 2015, p. 18-34.

DUNCAN, Ligon. **A Teologia do Pacto é o Cristianismo Histórico.** Disponível em: https://www.monergismo.com/textos/teologia_pacto/pactohistorico.htm. Acesso em: 10/10/2024.

HENDRIKSEN, William, 1932. Disponível em: https://www.monergismo.com/textos/livros/William_Hendriksen%20A_Alianca_da_Graca.pdf Acesso em: 10/04/2025

LIMA, Leandro. **Uma análise do chamado novo calvinismo, de seu relacionamento com o calvinismo e de seu potencial para o diálogo com a contemporaneidade.** Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/3576057a-2466-4272-9dab-b373c79d7434/full> Acesso em 10/09/24.

LOPES, Augustus Nicodemus. **Batismo de crianças: algumas considerações.** Disponível em:

<<https://www.seminariojmc.br/index.php/2018/01/04/batismo-de-criancas-algumas-consideracoes/>> Acesso em 10/10/2024.

LOPES, Augustus Nicodemus. **Estamos crescendo, mas temos nossos problemas.** Disponível em:

<<https://tempora-mores.blogspot.com/2009/03/estamos-crescendo-mas-temos-nossos.html>> Acesso em 10/09/24.

PEIXOTO, Pedro. **A Igreja de Genebra no Brasil: A Expansão do Calvinismo no campo evangélico contemporâneo.** Disponível em <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/14964>> Acesso em: 12/10/2024.

PEIXOTO, Pedro. **Quem eles pensam que são? Identidade calvinista no Brasil contemporâneo.** Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/download/19223/17351/62207>> Acesso em 10/09/24.

Temporalidades – **Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020). Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/download/19223/17351/62207>> Acesso em 10/09/24.